

ma

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZONIA
BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI
NOVA SERIE
BELEM — PARA — BRASIL

ANTROPOLOGIA N.º 54 6, DEZEMBRO, 1974

OS INDIOS MUNDURUKÚ E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

Expedito Arnaud (*)
Museu Goeldi

RESUMO — Abordagem da ação desenvolvida pelo Serviço de Proteção aos Índios entre os índios Mundurukú, no período compreendido entre 1941-1964. O trabalho contém os seguintes capítulos: 1) — As frentes de expansão; 2) — As missões religiosas; 3) — O Serviço de Proteção aos Índios. Em conclusão, são apreciados os resultados provocados pela referida ação.

INTRODUÇÃO

Os estudos no Brasil sobre política indigenista, de modo não accidental, podem ser dados como tendo início nos últimos anos da década de 1930. O Serviço de Proteção aos Índios, começou a contratar etnólogos já pela década seguinte, após a criação de sua Seção de Estudos (1945). Chegou a formar dentro de alguns anos uma equipe das mais categorizadas, que teve atuação destacada tanto na pesquisa pura como aplicada. Essa equipe dissolveu-se entre 1955 e 1960, havendo alguns de seus componentes se afastado por motivo de interesse pessoal e outros devido divergências que tiveram com dirigentes do Órgão, em torno dos próprios problemas indígenas (1). Em seguida foram eles atuar

(*) — Bolsista do CNPq.

(1) — Conforme observa Merton (1968 : 289), os intelectuais que se ocupam de assuntos humanos tratam de problemas sobre os quais "os orientadores da política estão convencidos de terem considerável conhecimento". Uma vez que tratam de situações com "óbvias implicações de valor", acham-se "peculiarmente sujeitos a ataques por aqueles cujos interesses e sentimentos são



na pesquisa pura em outras instituições, não tendo o S. P. I. admitido mais nenhum etnólogo até quando ocorreu sua extinção (1967), a não ser durante a curta gestão de Noel Nutels (1963-64) que foi assessorado por Carlos Moreira Neto (2). De qualquer forma, diversas publicações surgidas desde aquela fase a respeito do assunto, além do que possam representar de importante para o campo do conhecimento etnológico, podem também ser consideradas, salvo melhor juízo, como fontes valiosas para os órgãos oficiais e missionários atuantes entre as populações tribais.

Baldus (1972), em seqüência a outros ensaios, aprecia os "Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil", através de três aspectos — "a proteção, a pacificação e a aculturação dirigida"; e, por fim, mostra ser "mais do que nunca" necessária a criação do "Instituto Indigenista Brasileiro, preconizado por Rondon", para funcionar como "um centro de Antropologia Aplicada, dedicado à elaboração de "basic survey" e evolution", no sentido das pesquisas da Unesco na Índia".

Schaden (1965), dedica um capítulo de sua tese "Aculturação Indígena" em examinar "algumas seqüências dos estudos de aculturação para o planejamento da política indigenista". Considera que, "uma das suas falhas capitais... tem sido a de se omitir quanto a dimensão psicológica da situação de marginalidade"; e procura "extrair do conjunto das análises algumas conclusões práticas para fundamentação de uma política menos empírica".

violados pelas suas descobertas" (ibid.: 290). Os que atuam diretamente na "burocracia pública" são comumente solicitados a prestar "informações para diretrizes específicas ou possíveis que já foram formuladas pelos dirigentes políticos" (ibid.: 294).

(2) — A FUNAI já possui etnólogos em seu quadro, e vem propondo a seus servidores cursos de indigenismo, ministrados por aqueles e por professores do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. Em 1970, formou um "Grupo de Trabalho" com a participação de etnólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi, para orientação dos seus programas de atração e assistência, entre os índios situados ao longo da Transamazônica.

Ribeiro (1962), em seu principal estudo sobre o tema ("A política indigenista brasileira"), discorre sobre os fundamentos que serviram de base para a criação do S. P. I., em 1910. Faz "um balanço crítico dos cinquenta anos de atividades" do Órgão, abordando "os problemas da sociedade brasileira em expansão", assim como das populações indígenas envolvidas no processo; apresenta "recomendações para a ação protecionista"; e, em instância final, salienta a importância educativa do "Museu do Índio".

Oliveira (1972), sob o título "A sociologia do Brasil indígena", vem de reeditar nove ensaios. Os divulgados em 1960-61 "sugerem dificuldades com que a política indigenista de então se defrontava e que tudo indica continuam a subsistir nos dias de hoje"; e os demais, publicados entre 1965-69, "apontam problemas e abrem perspectivas de uma investigação, susceptível de tornar inteligível o verdadeiro teor do contato interétnico e as responsabilidades subjacentes a qualquer política indigenista...".

Galvão & Simões (1972), em "Mudança e sobrevivência no Alto Xingu", focalizam a ocupação dos formadores do Xingu (área cultural do Alto Xingu) por grupos de várias origens: registram as crises que passaram eles a sofrer (conflitos, efeitos dissociativos e depopulativos) face aos contatos havidos com *civilizados* a despeito do caráter temporário dos mesmos; e indicam os fatores que possibilitaram "a sobrevivência e mesmo aumento da população xingwana", verificada após a criação do Parque Nacional do Xingu.

Santos (1969) critica a ação posta em prática pelos postos do S. P. I., em Santa Catarina, sobre os índios Xoklêng e Kaingáng; e sugere "um esquema básico que permita o surgimento de planos específicos nos setores oficiais pelo trato dos problemas indígenas", tendo em vista "o destino próximo, imediato dos grupos tribais" mencionados.

Moreira Neto (1971), em sua tese "A política indigenista brasileira durante o século XIX", utilizando "vasta documentação oficial", aprecia tal política "tanto em seus aspectos

tos ideológicos e jurídicos formais quanto ao seu caráter de ação prática e concreta"; e pretende demonstrar "a continuidade de uma atitude básica em relação ao índio, que tem suas origens no período colonial, e permanece, sem modificação essencial, até o presente".

Finkel (1971), em "Dez anos de aculturação Tiriyó-1960-70", aponta as falhas incorridas por três missões (1 católica e 2 protestantes) na "aculturação" desses índios; faz sugestões no sentido de tais agências melhor orientarem suas atividades, "evitando excessos nas doações e/ou nas transações", a fim de não possibilitar, no futuro, o surgimento de "um tipo de proletariado indígena"; e lembra a necessidade de ser modificada, ou pelo menos atenuada, a maneira de doutrinar (sobretudo dos protestantes), para não desorientar e desligar os índios do seu passado e das suas tradições".

O GT-Funai/Transamazônica (1971), anteriormente referido, através de um "plano de apoio" para aplicação entre os grupos indígenas situados ao longo da rodovia, apresenta as seguintes recomendações: impedir que os contatos entre índios e *civilizados*, resultem em choques armados; evitar a desagregação e o desaparecimento dos grupos atingidos, conduzindo-os e orientando-os no processo de integração à sociedade nacional; garantir as reservas tribais; prevenção e tratamento das doenças epidêmicas e das já endêmicas; e criação de uma infra-estrutura sócio-econômica e médico-sanitária, para prestar assistência às populações indígenas em caráter permanente.

O próprio autor, focaliza "Os índios da região do Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira" (Arnaud, 1969), comentando em instância final os resultados obtidos em função dos planos postos em prática; apresenta um esboço da "Ação indigenista no sul do Pará (1940-1970)" (id.:1971), mostrando situações verificadas com os grupos que foram aí pacificados; e no ensaio "Serviço de Proteção aos Índios-normas e implicações" (id.:1973), aborda os seguintes as-

pectos: "normas e programas, situações enfrentadas pelo Órgão no desempenho das atribuições, e fatores que poderiam ter contribuído para a ocorrência de tais situações".

O presente trabalho, realizado em função do projeto intitulado "O índio face a expansão nacional", pretende apreciar a ação empreendida pelo S. P. I. na região do Tapajós (Pará), no período compreendido entre 1941-1964, abrangendo as relações havidas entre os índios Mundurukú, habitantes regionais, missionários e comerciantes. Para melhor compreensão dos problemas atuais, o corpo do trabalho (*O Serviço de Proteção aos Índios*), encontra-se precedido de três capítulos em que são abordados, em linhas gerais, *as frentes de expansão, as missões religiosas e os índios Mundurukú*, desde a fase histórica até quando o mencionado Órgão iniciou atividades na região. Em sua elaboração, além das fontes bibliográficas e documentais referidas, foram utilizados elementos obtidos pelo autor quando no exercício de função na 2.ª Inspeção Regional do S. P. I. (Belém, Pará). Assim como por intermédio de vários informantes que militaram no Tapajós, dentre os quais cumpre destacar o Sr. Lino Faria (funcionário da FUNAI) pelos seus oportunos esclarecimentos. No momento da revisão e redação final verificou-se a cooperação da colega Ana Rita Alves (bolista do Conselho Nacional de Pesquisas), que forneceu interessantes sugestões e preparou o sumário em língua inglesa. As indicações existentes no mapa a respeito da localização das aldeias Mundurukú foram colhidas em Murphy & Murphy (1954:11).

ÀS FRENTEIS DE EXPANSÃO

As primeiras penetrações européias na região do Tapajós (sul do Pará entre 3-10° de Lat. Sul e 55-59° de Long. Oeste), "segundo um autor pouco seguro (Manoel Rodrigues Marañon), teriam sido realizadas por ingleses (Spix & Martius, 1938:162). Também castelhanos procedentes do Alto

Amazonas, já mantinham relações com os índios aí localizados antes da primeira expedição empreendida, em 1626, por Pedro Teixeira em companhia de frei Christovam de São José (capucho de St.º Antônio), para resgatar escravos indígenas (Leite, 1943:357; Baena, 1969:33) (?). No decorrer dessa expedição, Pedro Teixeira estabeleceu contatos amigáveis com vários grupos indígenas (inclusive em sítio mais tarde denominado Alter do Chão) e, em 1639, realizou outra viagem pela região (Leite, 1943:357; Muniz, 1916:306).

Em 1724, o rei de Portugal ordenou ao Governador do Maranhão que explorasse o Tapajós, onde sabia-se existir cravo em abundância, talvez ouro e prata e, como maior riqueza, "um imenso e numerável gentio de boa condição", a despeito das dificuldades então impostas por uma "bárbara nação" situada junto às primeiras cabeceiras do rio (Livro Grosso... 1948: v. 66:213-14). No entanto, um mais amplo reconhecimento da região foi ser efetuado, 20 anos mais tarde, por João de Souza Azevedo, Leonardo de Oliveira e Pascoal Arruda, descendo de Mato Grosso pelos rios Sumidouro e Arinos em busca de riquezas minerais (?). Em 1785, foi fundada a povoação de Aveiro por José Teles de Menezes (Brasil, 1910:8). Em 1797, foram criadas as povoações de Curi e Ixitiba e, por ordem do Governo do Pará, ocorreram

(3) — A respeito da primeira viagem de Pedro Teixeira ao Tapajós assim expressou-se Baena (1963: 33): "1626-1636, 8.º Cap. Mór Manoel de Sousa Eça — Encarregado ao Cap. Pedro Teixeira de resgatar escravos indígenas bravios para o trabalho material da Capitania. Parte este Cap. da cidade com um Religioso Capucho, 26 soldados e avultado número de índios. Chega a aldeia dos Tapyusús, sabe que estes tem trato com os índios Tapajós no rio que deles extrai o nome: endereçasse para lá... Acha benévolo acolhimento e um trato menos bronco — adquire algumas esteiras e pacarás e poucos escravos, porque os Tapajós raras vezes tolerarão o uso de se comutar homens com mercadorias".

(4) — A viagem de João de Sousa Azevedo, foi mencionada por Muniz (1916: 306) em 1742, por Spix & Martius (1938: 162-63) em 1745, Almeida Serra (1797: 79) em 1746, e Coudreau (1941: 179) em 1748. As de Leonardo de Oliveira e Pascoal Arruda, conforme Muniz (1916: 306) e Spix & Martius (1938: 162-63) ocorreram em 1747.

explorações desde o Alto Tapajós até o Mato Grosso (Muniz, 1916:309).

Em 1812, o lugar Itaituba já era conhecido como centro de exploração e comércio de especiarias do alto Tapajós (ibid.). Pela metade do século, regatões costumavam subir pelos "rios secundários" conduzindo "pano, cachaga, quinquilharias e moedas de cobre ("únicas conhecidas entre esses remotos habitantes"), para trocar por gêneros de alimentação e outros produtos" (Bates, 1944, v.2:75). No início da década de 1870, existiam na "Villa" de Itaituba, 8 casas comerciais (4 nacionais e 4 estrangeiras) e mais 7 "no interior"; os cursos d'água eram percorridos por "19 canoas de regatões e 7 lojas ambulantes que adquiriam guaraná dos Maués"; e cuiabanos desciam anualmente também para comprar guaraná, cuja arroba lhes era vendida por 60\$000 e 80\$000 (Miranda & Tocantins, 1872:8). No alto Tapajós, os regatões geralmente só encontravam então para efetuar transações comerciais, índios Mundurukú e alguns "Maués selvagens" que andavam nus ou seminus (Tocantins, 1877:147). Admirou-se o citado autor que, a tais índios, fossem entregues ("parece incrível") somas avultadas de mercadorias embora não possuíssem "outro capital além de uma machadinha para cortar borracha" (ibid.). Mas, em contraposição, eram eles mantidos em "uma espécie de escravidão": só podiam negociar a borracha produzida com o fornecedor; após a safra eram utilizados como remeiros e em outros serviços; e, caso fizesse um "patrão", os devedores insolventes eram incluídos na partilha dos seus bens (ibid.) (?).

Quando a produção de borracha já alcançava significativo desenvolvimento (1895-96), cerca de 3.000 *civilizados* (paraenses, maranhenses, cearenses e alguns mato-grossen-

(5) — Segundo ainda o citado autor quando perguntava-se a um desses índios quanto ele devia, respondia sempre: "Quem sabe? Só o patrão é que pode saber". (ibid.). Em uma conta corrente fornecida pelo regatão Manuel Quirino Paes ao cacique Joaquim Correia Piampé, as mercadorias foram debitadas com o acréscimo de 400% (ibid.: 149).

ses), empenhados na extração e comercialização do produto, encontravam-se disseminados desde Itaituba até o Salto Augusto (Coudreau, 1941:42 e ss.) (?). No início da década de 1910 (fase do apogeu), essa população havia aumentado para 7400 indivíduos, dentre os quais 1500 habitavam na sede municipal (50 eram comerciantes estrangeiros), onde o número baixava para 900 de maio a dezembro devido os deslocamentos provocados pela safra da borracha (Brasil, 1913:73-77). Encontravam-se aí funcionando 20 casas comerciais, sendo "2 farmácias, 3 açougues vendendo carne diariamente, 1 alfaiataria, 1 estabelecimento mecânico, 1 carpintaria, 1 funilaria, etc.". Em 1912, começou a circular no município, o semanário intitulado "O Tapajonia", fundado por Raymundo Pereira Brasil (ibid.: 73-84).

Na mencionada fase existiam no município 171 posses de terras registradas com 316400 ha (43 com 141700 ha pertenciam a R. Pereira Brasil e a sua firma comercial contendo cerca de 152700 seringueiras e com 3100 pessoas habitando em seu interior (ibid.:5-39). As exportações de borracha subiram de 263000 quilos em 1893 para mais de 700000 kg anuais entre 1908 e 1912 (ibid.: 73-77) (?). Neste último

(6) — A produção de borracha do Município de Itaituba no período de 1893 a 1912, consoante os dados registrados por Brasil (1913: 73-77) foi a seguinte: 1893 — 253371 kg; 1894 — 372540 kg; 1895 — 428963 kg; 1896 — 447137 kg; 1897 — 454630 kg; 1898 — 451341 kg; 1899 — 538429 kg; 1900 — 515142 kg; 1901 — 555165 kg; 1902 — 578003 kg; 1903 — 665492 kg; 1904 — 692210 kg; 1905 — 672223 kg; 1906 — 669453 kg; 1907 — 666112 kg; 1908 — 733600 kg; 1909 — 738000 kg; 1910 — 745000 kg; 1911 — 712000 kg; 1912 — 712000 kg (em números redondos as 4 últimas parcelas); total: 11602881 kg. A produção total calculada ao preço médio de 3\$500 o quilo, alcançou a importância de 40.610.083\$000 (contos de réis) (ibid.).

(7) — Raymundo Pereira Brasil, "Maranhense, nascido na década de 1870, jovem veio para a Província do Pará, fixou-se afinal no município de Itaituba, tornou-se proprietário de muitos seringaais. . . . enriqueceu. Intendente municipal de boas obras; em Belém, firma comercial e exponência social; alta visão administrativa. . . . foi seringalista na Amazônia de mais senso sobre a economia da borracha na sua época de opulência e imprevidência". . . . (Borges, 1969).

ano entre diversos outros gêneros de alimentação foram importados aproximadamente 50000 quilos de feijão, 30000 kg de café, 80000 de açúcar, 10000 de milho, bem como, 20000 alqueires de farinha, que, antes do surto da borracha, era gênero de exportação (ibid.).

A navegação entre Belém do Pará e o porto de S. Luís do Tapajós, era então efetuada por dois navios gaiolas pertencentes à companhia inglesa Amazon River e à firma J. P. Brasil, respectivamente; no trecho encachoeirado do Tapajós, situado entre S. Luís e Pimental, o transporte na fase do estio ocorria através de uma estrada pertencente a J. P. Brasil; em seguida, verificava-se por meio de canoas impedidas a remo, as quais, consumiam em média 40 dias de subida e 20 de baixada, até os últimos barracões; e das margens dos rios para os seringais do centro eram empregadas tropas de burros (ibid.:69).

Os elementos nordestinos atraídos para trabalhar na borracha começavam a ser explorados desde o desembarque em Belém. Eram levados a "logistas pouco escrupulosos" para adquirir artigos desnecessários por preços exorbitantes e, em conseqüência, antes de começarem a produzir já estavam grandemente endividados (ibid.: 53-62). Durante a viagem eram esses homens geralmente "negociados" entre os vários *patrões*, que costumavam chegar nos domínios com o pessoal todo trocado (ibid.). Nos seringais imperava um regime de terror, principalmente entre os anos de 1909-12, quando o cuiabano Paulo Corrêa atuava em Itaituba como delegado de polícia, coletor estadual e comerciante (Chuvas, 1939). Segundo vários testemunhos, os seringueiros que não satisfaziam seus interesses e de outros *patrões*, eram submetidos ao castigo do tronco (uma reminiscência da escravatura), açoitados até desfalecerem e também assasinados a tiros (ibid.). No lugar denominado Praia do Sossego (acima da Barra do S. Manoel), dezenas de índios foram trucidados por determinação do citado delegado, sendo em seguida divididos seus filhos e mulheres. E no Igarapé

Maloca (Mato Grosso) uma aldeia de índios Aiplaká foi destruída por uma expedição punitiva também por ele enviada (ibid.).

Além de nordestinos, paraenses e cuiabanos, trabalhavam então na extração da borracha negros mocambelros estabelecidos em um seringal denominado S. José (ou Mocambo), no alto S. Manoel (ibid.). Também venezuelanos, peruanos e equatorianos penetraram no Tapajós sobretudo para extrair o caucho (borracha de inferior qualidade): o rio das Almas e o Matrinção foram explorados pelo equatoriano João Boenaño, com a participação de índios peruanos "Cocamas", bem como, pelo venezuelano Carlos B. Murillo e pelo peruano Eulogio Mori, a despeito dos constantes ataques efetuados por índios hostis (ibid.). Da Barra de S. Manoel para cima, todos os *barracões* eram aviados da firma J. S. Barreto, que lhes vendia a crédito de 50 a 100 contos de réis; e eles, por sua vez, também vendiam por igual modo aos seringueiros "3, 4 e mais contos de réis em mercados" (ibid.).

Em decorrência da queda do preço da borracha, iniciada por volta de 1914, quando as plantações asiáticas passaram a produzir em grande escala, os seringais do Tapajós foram sendo abandonados de igual modo como em toda a região amazônica. Em 1924, logo após um ataque de índios o rio Bararati começou a ser evacuado. Em 1932 (considerado o ano mais crítico) mais de 100 famílias abandonaram o rio S. Manoel e apenas 21 extratores restavam então no rio Juruma dos 600 que aí trabalhavam; e os rios Matrinção, Anipuri e Água Preta ficaram quase completamente desabitados (ibid.).

A despeito do que acontecia, a firma José, Antunes & Cia. (sucessora de J. S. Barreto que passara a integrá-la como sócio), fundada por volta de 1920, ia gradativamente aumentando seu poderio econômico na região. Quando a borracha voltou a alcançar novamente preços compensadores, em 1942-43 (época da 2.ª guerra mundial), possuía essa firma

numerosas terras e benfeitorias expropriadas de antigos posseiros para ressarcimento de dívidas; ou adquiridas a baixos preços, como no caso dos seringais comprados por 40 contos de réis da Cia. Industrial do Brasil (66600 ha), que antes os havia arrematado em hasta pública da massa falida Cia. Paraense de Plantações de Borracha (8). Também era proprietária do navio *Rio Tapajós*, o único que fazia a linha entre Belém do Pará e o porto de S. Luís do Tapajós; da rodovia S. Luís-Pimental, com 22 km de extensão (antiga estrada de J. P. Brasil), trafegada apenas por veículos de sua propriedade; dos depósitos situados ao longo do Tapajós, a partir de S. Luís; e das embarcações motorizadas que navegavam para os altos rios. Em suma, controlava quase que por completo a produção extrativa regional.

De acordo com o censo realizado em setembro de 1940, o Município de Itaituba possuía uma população de apenas 9084 indivíduos (4804 homens e 4280 mulheres) para uma superfície de 169355 km² (Recenseamento, 1952: V-51), apresentando assim um crescimento insignificante em relação ao total de 7400 estimado no início do século.

AS MISSÕES RELIGIOSAS

A ação missionária no Tapajós foi iniciada pelos jesuítas, tendo sido o padre Antônio Vieira o primeiro a visitar a região, em 1659 (Leite, 1943:357). Em 1722, fundaram os jesuítas a missão de S. José de Maitapus, a qual, em 1730, possuía 490 índios aldeados; em 1723, a de N. S. da Conceição com 1069 índios, em 1730; a de Iburari com 235 índios, em 1730; em 1737, a de St.º Inácio; e a Aldeia Nova de Cumaru (Tupinambaranas) com 166 índios (Muniz, 1916:308; Leite,

(8) — Os dados acima foram colhidos da certidão fornecida por Felipe Rodrigues Gomes — (tabelião de Itaituba), em 19/02/1951, a requerimento verbal de João Baptista Chuyvas, da escritura lavrada em 02/02/1935, fls. 26 a 28, livro do tabelião do 2.º Ofício Afonso de Oliveira Cunha.

1943:262-63) (9). Todavia, face à cassação do poder temporal dos religiosos e concessão de liberdade aos índios, determinadas pelas leis de 6 e 7 de junho de 1755 (legislação pom-balina), essas missões foram extintas assim como inúmeras outras. Em 1757, as missões de "Berari e do Arapiuns" passaram a ser denominadas vilas Alter do Chão e Franca; e em 1758, as de St.º Inácio e S. José, foram transformadas nas vilas de Boim e Pinhal (Muniz, 1916:308-09).

No início do século XIX, após o restabelecimento do poder temporal dos religiosos, em um ponto situado a 7 dias de viagem acima de Santarém, foi fundada a aldeia de Santa Cruz (1805), onde ficaram "reduzidos" pela primeira vez, índios Mundurukú (Spix & Martius, 1938:431); em 1848, frei Egydio de Garezio restaurou as aldeias de Ixituba e fundou a "Maloca Nova" (Brasil, 1910:8); e em 1849, ainda existiam 1149 índios distribuídos entre as aldeias de Santa Cruz (507-262 homens e 245 mulheres) e Cori (229-151 h. e 148 m.). Porém, elementos estranhos, freqüentemente penetravam nessas aldeias para plantar a desmoralização, seduzir e levar os índios, os quais comumente praticavam "excessos de embriaguez" (Coelho, 1849:81-82); e vários índios estavam agregados a particulares, que não reconheciam a competência dos missionários e tinham com eles (os índios) "sempre abertas contas leoninas" (ibid.).

A despeito das epidemias sofridas, o número de índios aldeados em St.º Cruz e Cori, aumentou de 1316 para 1503, entre 1850 e 1852 (Cunha, 1852:82-83); porém, em 1855, embora incluindo a Maloca Nova, esse total havia baixado para 1488 (Barros, 1855: mapa 26). Em 1872, foi criada a missão de Bacabal que, entre 1874 e 1876, reunia de 500 para 800 índios na quase totalidade Mundurukú (Azevedo, 1874:48; Be-nevides, 1876:41). Entretanto, contra o dirigente da mencionada missão (frei Pelino de Castro Valva), negociantes e la-

(9) — Os autores acima referidos não mencionaram as datas em que foram criadas as missões Iburari e Aldeia Nova de Cumaru e o número de índios existentes na de Sto. Antônio.

vadores de Itaituba, em 1874, dirigiram uma representação acusando-o de "monopolizar o trabalho dos índios mansos" . . . e de não "fazer catechese entre as hordas selvagens das aldeias centraes" (Tocantins, 1877:134-35). Também não mostrava ele empenho em obter auxiliares e acumulava as funções de diretor, almoxarife e mestre escola; isolava a missão do contato com os regionais, principalmente se eram regatões; e controlava todas a produção dos índios, que vendia na "praça do Pará", sem remeter a competente prestação de contas ao Presidente da Província (ibid.). Em contraposição, dirigiu frei Pelino um ofício à mencionada autoridade, acusando os regatões de terem penetrado na aldeia e cometido "excessos de ladroeira e devassidão", embriagando os índios com cachaca, tirando-lhes tudo o que puderam e levando "prostituição pública de dia e de noite no porto e nas casas" (ibid.). Segundo Coudreau (1941:49), "os 600 silvícolas reunidos por frei de Castro Valva, já civilizados, e que tinham trabalhado ou trabalhavam para patrões", estavam reduzidos a 50 quando esse religioso deixou a missão (10). Por sua vez, os relatórios governamentais da década de 1880, registraram a existência de três diretorias parciais de índios no baixo e alto Tapajós, porém nenhuma missão religiosa (Maracaju, 1883:69; Abreu, 1889:48).

A catequese católica no Tapajós foi restabelecida, em 1911, pelos frades franciscanos da Prelazia de Santarém, através de uma missão instalada no rio Cururu em um sítio existente entre o campo e a mata, hoje conhecido como "Missão Velha". Alguns anos mais tarde o estabelecimento foi transferido para o local Terra Preta, distante cerca de 200 km da confluência do Cururu com o Tapajós, onde o Governo do Pará lhe concedeu duas áreas de terras (10 x 10 km e 10 x 4 km), pelo decreto 3522 de 19/04/1919, destinadas ao

(10) — O autor da tradução brasileira dessa obra (Arthur de Miranda Bastos), contestou a informação acima e, por sua vez, afirmou que, quando frei Pelino deixou Bacabal, ainda existiam mais de 300 e não apenas 50 índios (ibid.).

"Patrimônio dos Institutos Masculinos e Femininos e sede da Missão" (BRASIL. Ser. ... Índios, 1940-67).

A princípio pouco progresso fizeram os frades no que respeita à atração dos Mundurukú: efetuavam pregações nas aldeias, recrutavam crianças para a escola, mas os contatos eram esporádicos (Murphy, 1960:45). Mas por volta de 1920, quando ocorreu uma ligeira alta no preço da borracha, a Missão Franciscana passou a controlar um número mais elevado desses índios na qualidade de entreposto comercial (ibid.:46). Em 1941, continuava ela mantendo comércio com os Mundurukú, cujos produtos adquiriria em troca de mercadorias e, em seguida, negociava-os com a firma José, Antunes & Cia. (Brasil. Serv. ... Índios, 1940-67 (1)). Todavia, quando foi interpelada a respeito pela 2.ª Inspeção Regional do S. P. I., declarou a Missão que não mantinha "comércio com os índios" nem servia de intermediária na venda de seus produtos. Mas era "obrigada por caridade de ceder aos índios dos campos" algumas das mercadorias que possuía para consumo próprio em troca de seus produtos, cotando estes "pelo valor comercial" e cedendo as mercadorias "pelo custo" (ibid.).

Nessa época já possuía a Missão prédios para residência dos frades, freiras e índios internados, bem como, escola, capela, oficina e uma pequena usina hidrelétrica (Chuvas, 1941). Também possuía uma fazendola de gado vacum, plantações de algodão, cacau, café, mandioca, banana, etc. (Mesquita, 1941). Todos os religiosos eram de nacionalidade alemã com exceção de uma freira cearense que ministrava aos índios o ensino da língua portuguesa (ibid.).

(11) — Entre os anos de 1938 e 1941, conforme dados fornecidos pela Recebedoria de Rendas do Estado, a borracha marca "Missão" exportada por intermédio de José, Antunes & Cia., foi a seguinte: 1938 — 1913 kg; 1939 — 2377 kg; 1940 — 2729 kg e 1941 — 4156 kg. (Brasil. Serv. ... Índios, 1940-67).

OS ÍNDIOS MUNDURUKU

Quando foram identificados pela primeira vez, em meados do século XVIII, os Mundurukú dominavam um vasto território mais tarde conhecido pela denominação de Mundurucânia, limitado ao norte pelo Amazonas, ao sul pelo Juruená, a leste pelo Tapajós e a oeste pelo Madeira (Aires de Casal, 1943:233) (12). Considerados como os índios mais guerreiros da região, ganharam fama sobretudo como "caçadores de cabeça", um dos principais objetivos das expedições que empreendiam (Murphy, 1960:8) (13).

Em 1733, uma expedição portuguesa de resgate tentou entrar em contato com os Mundurukú estabelecidos em um rio desde então conhecido como "Rio das Tropas", mas foi recebida hostilmente (Miranda & Tocantins, 1872:18-19). Tendo os portugueses batido em retirada por falta de munição, lançaram-se os índios em seu encalço e, na passagem, iam destruindo as aldeias que encontravam (ibid.) (14). Chegaram a sitiar os portugueses em Santarém, porém acaba-

(12) — Também habitavam na Mundurucânia "os Maués, os Jumas, os Pamas, os Parintins, os Muras, os Anditás" (Aires de Casal, 1943: 235). Em outras áreas do Tapajós existem mais os seguintes grupos indígenas: "Uarupás, Apaumarás, Marixitás, Amaraías, Apicuricus, Morivás, Moquirás, Jacareuarás, Anjuarás, Apecurías, Senecurías, Periquitos, Necurías, Surinanas, Moturi, etc." (Miranda & Tocantins, 1872: 18).

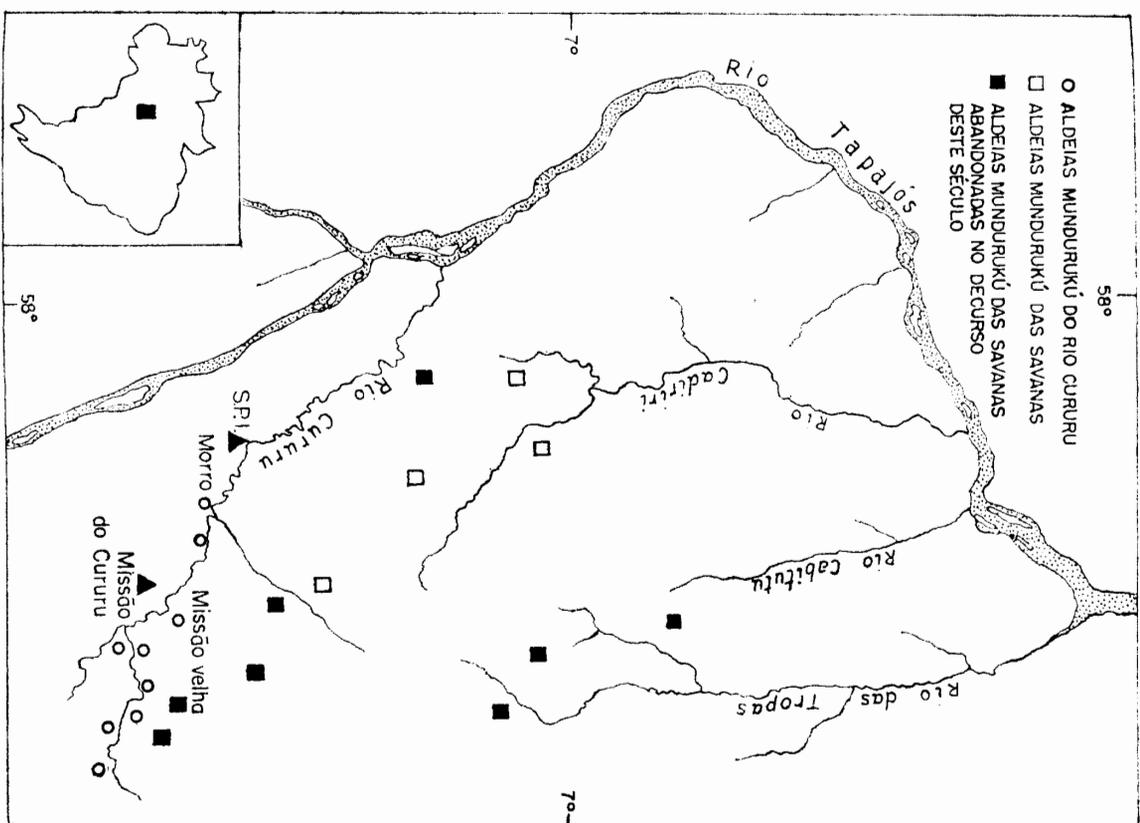
(13) — Os Mundurukú eram chamados pelos outros índios "Paquicé (corta-cabeça)" (Aires de Casal, 1943: 237). Assim que um deles abatia um inimigo, com uma lâmina curta de bambu talvez-lhe os músculos do pescoço e as vértebras com tanta habilidade que a cabeça era separada rapidamente do corpo. Em seguida (retirados os miolos, músculos, olhos e língua), era o crânio colocado em uma estaca e chammuscado sobre fogueiras, lavado dias seguidos com água "depois de molhado em azeite de urucu", sendo por fim posto ao sol para secar. Depois de ficar endurecido era o crânio enchido com algodão e por fim com um pacote de penas. Assim preparado o troféu tornava-se inseparável ornato do vencedor (Spix & Martius, 1938: 410).

(14) — Miranda & Tocantins (1872: 19) tiveram contato com uma índia aparentando "uns 120 anos", que habitava em Alter do Chão, quando os Mundurukú passaram "cortando a cabeça de todos".

ram por estabelecer paz com os mesmos, retornando em seguida às malocas (ibid.). Entre 1780 e 1784, atacaram Santarém e Gurupá, bem como os Mura e seus vizinhos Parintintin ("Cawahiwa") no Madeira (Horton, 1948:273); e, na década seguinte, atravessaram o Xingu e o Tocantins e foram espalhando "guerra e devastação" até a fronteira do Maranhão onde acabaram derrotados pelos Apinajé (Spix & Martius, 1938:431). Em 1795, após terem sido atingidos por uma expedição de represália, enviada pelo Governador da Província do Pará (Caetano Miranda Montenegro), tornaram-se amigos dos colonizadores e, como seus mercenários, continuaram hostilizando outros grupos indígenas (Serra, 1977:5). Face à eficiência com que passaram a desempenhar essa atividade, na representação dirigida ao "Concelho da Província do Pará" em 1831 sugeriu Baena (1968:273), a substituição de militares por índios Mundurukú nas expedições missionárias que fossem enviadas para "abalar os animos dos selvagens e induzi-los a abandonar os matos".

Em 1819, os Mundurukú continuavam mantendo supremacia entre seus aliados (os mais poderosos eram os Mawé) e perseguindo, entre vários outros, os grupos "Juma, Parintintins e Araras com tão inexorável furor", que os dois primeiros, por serem mais fracos, estavam em vias de serem exterminados (Spix & Martius, 1938:409) (15). No entanto, já realizavam comércio com os brancos, estando várias de suas aldeias dirigidas por missionários (ibid.:131). Na frequência mais meridional do Tapajós, a quase totalidade dos parquia-nos era constituída por Mundurukú, que permutavam cacau, cravo, farinha e salsaparilha, por tecidos de algodão, cachaca, ferramentas e "pérolas falsas" (ibid.:131). Pela metade do século, possuíam eles vastas plantações de mandioca e

(15) — No combate distribuíam-se os Mundurukú em extensas linhas, primeiramente esperavam as flechas do inimigo que eram colhidas no ar pelas mulheres, ou "eles próprios procuravam evitá-las, dando pulos rápidos". Quando o inimigo já não dispunha "de muita munição", os homens passavam a desfechar suas flechas rapidamente, municidos pelas mulheres (ibid.).



Localização das aldeias Mundurukú (Des. G. Leite).

vendiam aos regatões de "3.000 a 5.000 cestos de farinha de 60 lbs.", entre agosto e dezembro (Bates, 1944:125) "Adquiriam "panos de algodão, machadinhas, cutelarias, quinquilharias, cachaca", por intermédio dos "chefes menores", para pagamento por meio de gêneros três ou quatro meses depois (ibid.). Em 1851, efetuaram uma incursão contra os "Parauatú", mas já haviam abandonado "muitas de suas práticas mais bárbaras sem terem se corrompido pelo contato íntimo com os brancos das classes inferiores e mestiços"; e suas condições de fatura contrastavam com "a pobreza e preguiça da gente semi-civilizada de Alter do Chão" (ibid.: 120-131). Dez anos mais tarde, embora tivessem a caça como principais ocupações, não desprezavam a lavoura como os Mawé; e permutavam mercadorias por borracha, salsa, óleo de copaíba, guaraná, cravo, breu, castanha, algodão e cumaru (Brusque, 1862:19). Porém, tais transações, poderiam lhes ser "mais consideráveis e vantajosas", se os regatões não aplicassem contra eles seus "costumados atos de violência" (ibid.).

Pela década de 1870, as povoações "Ixituba, Cury, Santa Cruz", etc., situadas no baixo Tapajós, eram formadas em grande parte por Mundurukú: no trecho encachoeirado do rio, encontravam-se distribuídos entre as aldeias "Boburé, Montanha, Maloquinha, Ponta Grossa, Rato, Curuçá, Bacabal, Boa Vista, Jacareacanga, Iry, etc."; mas a maioria ainda habitava "na grande taba das Campinas" (Miranda & Tocantins, 1872:14). Em suas longas incursões costumavam então atingir as margens do Xingu onde mantinham relações de amizade com os Jurúna (ibid.: 19).

Antes de findar o século XIX, embora explorando seringueis por conta própria, ainda faziam incursões para roubar crianças e conquistar cabeças. Conhecidos por "venderem seu valor" àqueles que melhor pagassem, foram tratados para uma ação de represália contra os índios do rio Machado ("talvez os Ypurianas"); mas dos 40 homens e 40 mulheres que compunham a expedição só retornaram 4, pois os demais foram dizimados por doenças (Coudreau, 1941: 63-66-88).

Entre 1912 e 1916, quando já haviam cessado suas incursões, os localizados na área campestre deslocavam-se para o Cururu somente na estação da seca a fim de extrair borracha e transacionar com os regatões (Murphy, 1960:45). A partir de 1920, época em que a missão passou a atuar comercialmente, começaram a fixar-se às margens do citado rio, porém, com mais intensidade após 1930, ano em que foram deslocando-se para os rios Cadiriri, Cabitutu e das Tropas (ibid.: 46). Quando se perguntava a um Mundurukú porque havia abandonado as campinas para habitar às margens do Cururu, em regra costumava apresentar as seguintes razões: no Cururu encontrava-se bastante peixe na estação das chuvas, enquanto nos campos podia-se passar diversos dias caçando sem sucesso; no Cururu o trabalho podia ser realizado mais facilmente, pois não havia necessidade de longas caminhadas de retorno para o trabalho nas lavouras, após a safra da borracha; e no Cururu as mercadorias chegavam mais abundantemente com preços mais acessíveis e a borracha era melhor paga (ibid.: 160).

Os Mundurukú situados no Cururu passaram a menosprezar os *campineiros*, chamando-os "preguiçosos, sujos, povo que cheira à fumaça", etc., mas na realidade continuaram respeitando-os por preservarem a antiga cultura, temendo-os como "poderosos feiticeiros" e julgando-os ainda capazes de provocar uma guerra — crença errônea "mas indicativa da falta de comunicação entre os dois grupos" (Murphy & Murphy, 1954: 42). Os disseminados pelo Tapajós, face ao pouco contato com os demais, foram desinteressando-se pela conservação da cultura tradicional e passaram gradativamente a integrar-se entre a população brasileira (ibid.: 43). Tornaram-se comuns os casamentos entre brasileiros e índias, assim como em sentido contrário, mas com menos frequência, por ser esta considerada uma forma "repreensível" (ibid.). Entre os Mundurukú da região tapajônica e os "remanescentes aculturados do Madeira", deixou de existir qualquer comunicação (ibid.: 1).

Em 1819, Martius, avaliou a população Mundurukú "em 18000 mesmo até 40000 índios" vivendo às margens do Tapajós e nos campos (Spix & Martius, 1938:409). Em 1850, Bates (1944:124) considerou que essa população deveria atingir a 20000, reunindo somente no Tapajós cerca de 2000 guerreiros. Dez anos mais tarde Brusque (1862:19) registrou a existência de 9907 indivíduos, habitando 7135 em "19 malocas centraes", 1739 em "10 malocas à beira do rio, 853 em 3 aldeias abaixo da villa de Itaituba". Em seguida "Tocantins (diretor de índios no Tapajós)" mencionou 18910 indivíduos distribuídos em 21 malocas, baseado em "informações de Joaquim Gaetano Corrêa" (Coudreau, 1941:171-73); todavia, o próprio Coudreau falou em apenas 1389 índios, habitando 800 no Cururu em 7 malocas (ibid.: 72-77). No início do presente século, Brasil (1910:104) citou 2880 ("mais homens que mulheres") em sua maioria situados no Cururu. Em 1931, nas aldeias encontradas na sua "principal área de concentração" poderiam existir entre 1200 e 1400, e em 1937 ainda menos (Strömer, 1932:37, *apud* Horton, 1948:272). E por volta de 1940, informantes do S.P.I. mencionaram por sua vez números semelhantes aos registrados na informação anterior (Brasil. Serv... Índios, 1940-67).

Pela década de 1810, os Mundurukú situados no Tapajós já produziam apreciáveis quantidades de farinha para comercialização (Spix & Hartius, 1938:431). Tradicionalmente apenas confeccionavam beijus, tendo os *campineiros* iniciado a fabricação da farinha em fase relativamente recente, ou seja, há cerca de 80 anos (Frikel, 1959:16). Modernamente, foram se dedicando menos ao cultivo da mandioca na medida em que se interessavam pela extração da borra-cha. Também espécies conhecidas como "milho, jerimum, etc." passaram ao mesmo tempo a plantar em pequena quantidade; e outras adquiridas através da Missão — "arroz, fava, várias outras hortaliças" — cujo plantio iniciado pelas freiras, adotaram em "escala reduzidíssima" (ibid.:24). Os antigos Mundurukú faziam coletivamente um grande roçado

para a comunidade, ao mesmo tempo que cada família costumava abrir um outro para plantio de espécies de uso suplementar na alimentação: "bananas, pimenta, etc."; mas nos dias atuais, cada homem ou família passou a ter uma roça distinta com direitos exclusivos, embora derrubada e plantada com a ajuda de parentes e de outros indivíduos (ibid.). Na exploração da borracha o direito de um homem sobre determinada *estrada* reconhece-se durante o tempo em que ele permanecer aí trabalhando; e, por motivo de seu falecimento, pode o filho ou o genro ocupá-la ou passá-la adiante (Murphy & Murphy, 1954:143).

Os Mundurukú falam uma língua aparentada com o Tupi, aparecendo como principal o dialeto falado no Cururu, mas a língua portuguesa é conhecida por quase todos os índios localizados no Tapajós (Crofts, 1967:43-90). Sua organização social é baseada em clãs exogâmicos distribuídos entre as *metades* Vermelha e Branca, possuindo cada uma 16 e 22 unidades, respectivamente (Murphy, 1960:72). Nos tempos antigos esses clãs poderiam ser unidades localizadas com linhagem e residência pelo lado paterno, porém, pelos meados do século passado, a patrilocalidade transformou-se em matrilocalidade "possivelmente devido a certas mudanças nas relações de produção..." (ibid.: 79-80). Tradicionalmente cada aldeia constituía uma unidade política autónoma, com habitações dispostas em círculo, tendo uma "casa dos homens" situada no lado leste da mesma; entretanto, nas aldeias do Cururu deixou de existir a "casa dos homens", passando as habitações a serem dispostas como a dos *bra-sileiros* da região (ibid.: 47-126). Em decorrência do trabalho essencialmente individualizado da borracha, a família elementar foi ganhando gradativamente maior importância que a extensa, ao mesmo tempo que os clãs começaram a perder seus aspectos corporativos com o desaparecimento do núcleo residencial (ibid.: 143-51). No Tapajós onde passaram a viver em casas isoladas (geralmente uma ou duas famílias), tornaram-se ainda menores as condições para con-

servar o antigo sistema social e transmissão aos jovens da cultura da tribo (ibid.: 10-11).

A ideologia e o folclore Mundurukú sofreram várias influências ocasionadas pelos contatos externos. Uma de suas lendas — a da lebre e da tartaruga — é de origem africana; e a "lenda germânica de Hansel e Gretel é apenas essencialmente velada na história de duas filhas de aranha que foram abandonadas na floresta do pai". Em uma versão sobre a crucificação e a ressurreição, seu herói cultural (Karusakaiobô), que é identificado como Cristo, após realizar muitos milagres foi morto com flechas por suspeitarem que ele fosse feiticeiro; e tendo Karusakaiobô ficado zangado com os Mundurukú, após ressuscitar desceu do Tapajós e dirigiu-se para a Alemanha e América do Norte, "conhecidas dos Mundurukú por serem as terras natais dos missionários e dos autores deste trabalho" (id.: 1954:21).

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

O primeiro regulamento do Serviço de Proteção aos Índios (decs. 8.072 de 20/06/1910 e 9.214 de 15/12/1911) determinou a prestação da assistência aos índios do Brasil "aldeados, reunidos em tribos, em estado nômade e em promiscuidade com civilizados". Entre seus vários dispositivos encontram-se aqueles que prescrevem a garantia dos territórios tribais e o que neles existir; e a fiscalização do tratamento prestado aos índios nos aldeamentos, colônias e estabelecimentos particulares, velando seus contratos de trabalho, assim como a prestação de serviços por meio de coação.

O decreto 5.484 de 27/06/1928 que regulou "a situação dos índios situados no território nacional", emancipou-os totalmente da "tutela orfanológica", colocando os não inteiramente adaptados sob a tutela do Estado; classificou-os em 4 categorias ("1.º índios nomades, 2.º índios arranchados ou aldeados; 3.º índios pert. a povoações indig.; índios pert. a

centros agric. ou que viv. promisc. c/civilizados"), facultando aos classificados nas três primeiras o direito de dispor como quiser dos próprios haveres e de designar sucessor em qualquer função (arts. 1, 2, 3, 6) (Brasil, Leis... As. Indig. 1947: 131-32). A gestão dos bens indígenas (até a passagem de seus possuidores para centros agrícolas ou incorporação "à sociedade civilizada"), o decreto prescreveu como atribuição dos inspetores do S.P.I., nas respectivas circunscrições, mas com a obrigação de apresentarem elas as contas para julgamento à autoridade judiciária competente; e "os saldos em dinheiro ou remanescentes de qualquer espécie", facultou a esses funcionários sua aplicação ou a constituição de um fundo patrimonial, em benefício da comunidade indígena ou do indivíduo a quem pertencessem os bens (art. 37) (ibid.: 139). Cada índio ficou capacitado administrar os próprios bens a partir da passagem para centro agrícola ou incorporação à sociedade civilizada (art. 38) (ibid.) E no caso de um grupo passar para centro agrícola ou ser incorporado à sociedade civilizada, foi determinada a entrega dos bens comuns ao chefe, continuando sob a gestão do inspetor competente, a quota correspondente a parte do grupo mantido "em povoação indígena ou pôsto do Serviço" (art. 39) (ibid.).

O decreto 736 de 6/06/1936 autorizou os servidores do S.P.I. a examinar as escriturações referentes aos contratos de trabalho e transações indígenas; prescreveu que nenhum índio poderia ser retido ou preso, nem privado de seus bens por motivo de dívidas; proibiu que os funcionários do S.P.I. e particulares se tornassem parceiros dos bens ou das terras indígenas (art. 2); e nas zonas de fronteira e nos sertões despovoados, o exercício de funções educativas e de caráter nacional junto aos índios tornou privativo de brasileiros natos (art. 44) (ibid.: 149-69). Também determinou o decreto que, as Inspetorias Regionais, providenciassem no sentido de os índios gozarem nos Postos do produto integral do seu trabalho e aplicação de "tudo o mais" em benefício

deles (art. 16); e recomendou que, a atividade útil de cada posto ou população indígena, fosse organizada e dirigida, visando a produção pelo menos do bastante para a própria manutenção (art. 46) (ibid.: 156-69).

Através dos decretos 10.642 de 16/04/1942 e 17.684 de 26/01/1945) o S.P.I. foi autorizado a promover, em colaboração com os órgãos próprios, a exploração das riquezas naturais e demais fontes do patrimônio indígena, para "assegurar, quando oportuno, a emancipação econômica das tribos". O julgamento da gestão do patrimônio indígena, que passara da esfera judicial para a competência do Ministério da Guerra (dec. 24.700 de 12/07/1934), pelo decreto acima foi atribuído diretamente ao próprio diretor do Órgão (ibid.: 185-96).

As Inspetorias Regionais foram expedidas instruções relacionadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas, inclusive com efetuação de comércio "sempre que possível por intermédio de cooperativas"; e também no sentido de serem fiscalizadas as missões religiosas que assistiam grupos indígenas — situação das terras, patrimônio indígena sob a responsabilidade das mesmas, relações econômicas, etc. (Brasil, Serv. Índios, 1940-67).

Ocorre que, na aplicação desses como de outros dispositivos regulamentares, o S.P.I. quase sempre encontrou obstáculos e apresentou deficiências. Tanto na defesa das áreas tribais, punição de crimes contra índios, verificação de seus vínculos com as missões religiosas, empresas comerciais ou particulares, como na própria atuação entre os grupos indígenas por intermédio de suas Inspetorias, Ajudâncias e Postos. Conseqüentemente, assim como no passado os grupos já em contato com *civilizados* ou que foram atraídos, continuaram sendo pressionados em seus territórios, depopulados por epidemias e choques armados, perdendo a autonomia e as características tradicionais, sem serem conduzidos a uma integração harmônica no seio da

sociedade nacional. Com respeito à economia interna, as rendas obtidas pelos Postos costumavam ser canalizadas para as Inspetorias Regionais, e destas para a Diretoria Geral, onde eram contabilizadas em nome do S.P.I. (Oliveira, 1972:136). Sua redistribuição obedecia a critérios diversos: poderiam retornar parcialmente aos Postos produtores, serem aplicados em outras unidades ou utilizadas para "financiar serviços administrativos ou técnicos nos Postos, nas Inspetorias Regionais ou na Diretoria" (ibid.). Por outro lado, essas *empresas* tinham "um caráter *sui generis*, pois nelas os índios não tinham *status* nem de pequenos acionistas (considerando-se que deles são a terra e os recursos naturais) nem de assalariados" (ibid.: 137). E sendo geralmente os encarregados dos Postos recrutados na própria sociedade local, tornava-se "mais fácil a transferência para as reservas indígenas dos padrões de relacionamento humano inerentes ao processo produtivo regional" (ibid.). Embora ocorresse em vários setores do Órgão, a constituição de fundos patrimoniais em nome das comunidades indígenas ou dos indivíduos, pode-se dizer que (salvo melhor observação), em regra, eram ignorados os dispositivos legais que determinavam a entrega desses fundos aos seus possuidores legítimos (indivíduo ou coletividade representada pelo chefe), no momento da passagem para "centro agrícola" ou incorporação à "sociedade civilizada".

A 2.ª Inspetoria Regional do S.P.I no Pará, entretanto, pelo menos a partir de 1941 até meados da década de 1950, procurou vivamente defender os interesses indígenas, de acordo com as prescrições regulamentares, havendo por tal motivo entrado em atritos com missionários, autoridades estaduais seringalistas, etc. De qualquer modo, obteve a legalização de seis reservas de terras e uma concessão definitiva entre os anos de 1943-45 (administração José Maria da Gama Malcher); conseguiu provavelmente pela primeira vez no aludido Estado levar a julgamento e obter a condenação de assassinos de índios; e promoveu a cassação de

mandatos de alguns missionários por tratamento inconveniente ministrado a índios (Brasil. Serv... Índios, 1940-67).

Sua ação econômica, envolvendo os Postos e as comunidades indígenas que jurisdicionava, processava de modo relativamente autônomo em relação à Diretoria Geral, não adotando basicamente, aquelas modalidades anteriormente referidas postas em prática entre outras unidades do Serviço. Por exemplo, as lavouras produzidas pelos Postos des-tinavam-se aos serviços de atração (quando fosse o caso), eram atribuídas aos grupos já assistidos ou consumidas no próprio Posto, e só ocasionalmente os excedentes eram negociados. A criação de bovinos, estabelecida de modo limitado em algumas dessas unidades, objetivava a formação de patrimônio ou a melhoria da subsistência indígena. As madeiras existentes nas reservas nunca foram extraídas para fins lucrativos, mas apenas para atender as próprias necessidades locais. Apenas uma dessas reservas (Mãe Maria-Tocantins), durante certo tempo foi arrendada a particulares para exploração do castanha aí existente (cada contrato pelo prazo de um ano); entretanto, mais para impedir que a área fosse grilada, face sua não ocupação pelos proprietários (Índios Gaviões), os quais durante largos anos permaneceram arredios, habitando em outros pontos da região.

Os Postos que apareciam nas estatísticas oficiais como produtores, na realidade, atuavam como intermediários nas transações dos índios que jurisdicionavam. Em vista disso, a 2.ª Inspeção Regional não encaminhava à Diretoria nem utilizava as rendas apuradas nessas transações; processava sua reversão em mercadorias (principalmente) ou em dinheiro para os próprios produtores, sem solicitar permissão à instância superior; e limitava-se a enviar os balancetes correspondentes acompanhados dos comprovantes. Quando se tornaram insuficientes as verbas oficiais, em torno de tais operações alguns desses Postos passaram a obter lucros; no entanto, estes eram sempre canalizados

para os mesmos, em benfeitorias ou para atender suas manutenções. A partir do momento em que a Diretoria começou a ter em seus setores dirigentes burocratas do Ministério (ainda em fins da década de 1940), embora fossem levantadas objeções contra a maneira pela qual procedia a 2.ª Inspeção Regional, os critérios acima continuaram sendo aplicados sem solução de continuidade. Acontece que, a partir de 1956, quando o Órgão passou a ter como diretores elementos estranhos à antiga tradição, as exigências para recolhimento das receitas apuradas através dos Postos da mencionada Inspeção, qualquer que fosse sua natureza, tornaram-se mais decididas. Não foram aceitos os argumentos apresentados pelos gestores, mostrando que os líquidos de tais receitas não pertenciam ao S. P. I. mas aos índios produtores; e que os lucros por acaso obtidos nas operações tornavam-se necessários aos Postos que os jurisdicionavam para continuidade do processo. Tendo sido esses gestores, em consequência, afastados dos setores em que operavam aqueles critérios foram por fim alterados. Mas os novos administradores além de não trabalharem de molde a melhorar as condições dos índios e dos Postos, não chegaram a satisfazer os outros propósitos da Diretoria.

A 2.ª Inspeção Regional do S. P. I. começou a atuar no Tapajós através de uma Ajudância, em fins de 1940, com o objetivo de proporcionar aos índios Mundurukú (e também aos Kayabí e remanescentes Apiaká) melhores condições de existência, que as até então destruídas entre leigos e religiosos. Utilizou como base para a formulação de seus programas, as normas regulamentares consignadas no início do presente capítulo. A direção da Ajudância foi confiada a um funcionário recém admitido (João Baptista Chuvás), mas antigo conhecedor da região onde havia atuado ininterruptamente no período compreendido entre 1918 e 1933⁽¹⁶⁾.

(16) — João Baptista Chuvás — Maranhense de origem, assim como inúmeros outros conterrâneos, emigrou para o Tapajós atraído pelo fastígio da borracha, mas aí chegou quando já se iniciava a fase de decadência. Atuou como fiscal de coletoria, piloto

Como vimos anteriormente, os índios Mundurukú há muitos anos que não hostilizavam outros índios, tinham relações pacíficas com os *civilizados* e, de modo geral, estavam integrados no sistema econômico regional que tinha a borracha como principal gênero de exportação. Os que habitavam no Cururu, encontravam-se sob a influência da Missão Franciscana que mantinha jurisdição sobre duas áreas de terras situadas no território indígena; e os situados ao longo do rio Tapajós e região campestre, viviam sujeitos comercialmente à firma monopolista José, Antunes & Cia. e a regatões ou agregados a particulares. Aliás, conforme salientou aquele funcionário em seu primeiro relatório, os que mantinham relações com os *patrões* "viviam escravizados, devendo uma conta impagável e ganhando em relação ao seu trabalho um ordenado tão miserável que não chegava para pagar as *mingalhas compradas*"; os que se achavam em companhia de *civilizados* não passavam de *serviçais*; e os dirigidos pela Missão "viviam também escravizados, tolhidos de seus direitos de liberdade e sujeitos além de tudo ao costume colonial estrangeiro..." (Chuvas, 1941).

Em primeiro lugar o dirigente do setor, instalou um Posto no rio Teles Pires (formador do Tapajós), em fevereiro de 1941, a fim de apaziguar os ânimos de um grupo Kayabí, o qual, em represália pelos "esbulhos, violência e roubos de suas mulheres" estava praticando pilhagens e mortes entre os seringueiros regionais (ibid.). Assim que conseguiu normalizar a situação, alguns meses após, entregou a direção dos trabalhos ao próprio encarregado do Posto. Em se-

tuíval, gerente de *barracão* e seringalista. Em seguida transferiu-se para o Rio de Janeiro onde exerceu várias outras atividades ligadas ao comércio. Ingressou no S.P.I. em meados de 1940 quando o Órgão estava sendo reorganizado novamente sob a jurisdição do Ministério da Agricultura, havendo-se creditado para servir no Tapajós através de um extenso relatório (cerca de 80 páginas datilografadas em espaço hum) que apresentou a respeito da região (Chuvas, 1939). Foi um dos elementos mais combativos do S.P.I. na última fase de sua existência (1940-67), sobretudo pela feição acentadamente pessoalística que imprimiu aos serviços sob sua direção.

guida, dirigiu-se para o rio Cururu (afluente do Tapajós) a fim de estabelecer outro Posto para jurisdicionar os índios Mundurukú. Sua instalação verificou-se, em janeiro de 1942, na aldeia Apompê situada à margem esquerda do mencionado rio, distante cerca de 4 horas de viagem em motor abaixo da Missão e 6 horas acima da confluência com o Tapajós (ibid. 1942). Aí habitavam 41 índios Mundurukú, distribuídos em 7 habitações, chefiados pelo de nome Paulo, sobrinho do falecido chefe Pedro Apompê (ibid.).

Desde logo, passou o novo Posto a constituir o principal campo de trabalho do S.P.I. no Tapajós, tendo sido no próprio local também estabelecida a sede da Ajudância. Começou funcionando com uma lotação composta de 1 encarregado, 1 auxiliar do sertão e 8 trabalhadores indígenas da própria aldeia Apompê. Em seu âmbito começaram a ser construídas casas para a administração, usina, almoxarifado, escola, enfermaria e residência dos funcionários. A 2.ª Inspeção Regional adquiriu para o mesmo, um barco-motor com capacidade para 9 toneladas (lancha Mundurukú), dois motores de popa e pequenas embarcações, a fim de torná-lo o menos dependente possível nos transportes da firma José, Antunes & Cia. Enviou-lhe também vários laminadores de borracha objetivando a introdução na nova técnica de manipulação do produto, em caráter experimental, entre os seringueiros índios.

Como base para início das transações comerciais com os índios e constituição do patrimônio tribal, recebeu o Posto à conta da Verba "Auxílios aos Índios" um suprimento de mercadorias na importância de 45:000\$000 (contos de réis). De acordo com as instruções que foram expedidas pela 2.ª Inspeção Regional, as transações entre o Posto e os índios foram inicialmente estabelecidas do seguinte modo: venda das mercadorias com um acréscimo de apenas 10% para compensar as perdas eventuais; e compra da borracha e de outros gêneros indígenas segundo as cotações vigorantes na praça de Belém do Pará, deduzidas as despesas consignadas nas respectivas contas de venda (frete, impostos,

etc.). Através das verbas orçamentárias atribuídas à 2.ª Inspeção Regional começaram a ser custeados os combustíveis e fretes das mercadorias embarcadas de Belém, sem incidirem seus valores sobre o movimento da produção indígena.

Entretantes, o chefe da citada Inspeção requereu ao Governo do Pará as reservas de terras anteriormente mencionadas, destinando-se duas delas para os índios Mundurukú (envolvendo a área onde se achava a Missão), e índios Kayabí do rio Teles Pires, respectivamente. A Diretoria do S.P.I., por sua vez, face às constantes violações que então se verificavam nas áreas indígenas da Amazônia, provocadas pelo interesse internacional que ocorria sobre a borracha, solicitou e obteve do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, a aprovação das seguintes medidas: requerer ao Governo Federal a sanção de um decreto ressaltando as terras habitadas pelos índios, nos contratos e concessões referentes à extração de borracha; aplicação de verbas do Serviço na exploração de matérias-primas existentes nessas áreas; e conceder autorização às Inspeções Regionais para solicitarem empréstimos ao Banco de Crédito da Borracha S. A. destinados ao desenvolvimento da produção dos índios já familiarizados com a extração do gênero (Brasil. Serv... Índios, 1940-47).

As reservas para os Kayabi e Mundurukú foram conseguidas através dos decretos 251 e 305 de 9 e 25 de março de 1945, respectivamente. Todavia, no âmbito federal o S.P.I. não conseguiu a sanção de nenhum decreto para melhor garantir as áreas indígenas contra as concessões es-taduais destinadas à exploração da borracha. Por outro lado, as diligências feitas pela 2.ª Inspeção Regional junto ao Banco de Crédito da Borracha S.A. para obtenção de financiamentos, precisamente para o PIA Mundurukú, não alcançaram o êxito desejado. Isto porque, segundo declarou o Banco, seu estatuto não possibilitava operações de tal natureza com órgãos públicos, mas somente com firmas ca-

dastradas como *seringalistas*, ou sejam, as que eram proprietárias de seringais ou as que os tinham obtidos por arrendamento nas áreas devolutas do Estado (17). Assim sendo, o PIA Mundurukú e outros em condições semelhantes não tiveram possibilidades de ampliar de imediato seu movimento comercial, em vista das limitações impostas pelas verbas do S.P.I..

No rio Cururu, conseguiu o chefe da Ajudância, com pleno êxito, impedir a entrada de regatões para transacionar com os índios. Em seguida, estabeleceu contatos com os Mundurukú situados em vários pontos do Tapajós e nas aldeias "Paramarati, Dendrome, Cadiri, Cabitutu e Cabruá", onde, "grande número de índios ainda viviam nus, dia e noite, em condições precaríssimas, apesar do aparente estado de civilização que apresentavam..." (Chuvvas, 1942). A excursão marcou o começo das relações entre esses índios e o Posto, o qual, no entanto, não conseguiu exercer um controle completo sobre a produção de borracha dos mesmos, nem fiscalizar com eficiência suas transações com a firma José, Antunes & Cia. e regatões, devido a extensão do território em que se achavam disseminados.

Os primeiros contatos do chefe da Ajudância com os missionários franciscanos foram marcadamente hostis.

(17) — Conforme observou Wagley (1957: 146), o sistema comercial da Amazônia nos tempos atuais deixou de ser mantido "pelos velhos Regulamentos dos Seringais" e pela polícia "com seus rifles 44", como ocorria na primeira década do nosso século. Mas "as obrigações do seringueiro para com o comerciante e do comerciante com a firma importadora e exportadora" continuaram constituindo a base das "relações comerciais e sociais da região". Conseqüentemente, falharam as tentativas feitas no sentido de serem criadas cooperativas durante a 2ª guerra mundial, já que estas iriam chocar-se com esse sistema de relações e eliminariam o comerciante (ibid.). Tal sistema, aliás, somente poderia ser modificado mediante estabelecimento de uma nova política agrária possibilitando ao próprio produtor a posse da terra por si utilizada. Com a criação do Banco da Borracha S. A. (dec-lei 4.451, de 09/07/1942), que estabeleceu o monopólio estatal, beneficiou-se apenas o intermediário (seringalista), através de financiamentos a juros baixos (6% ao ano) e garantia de preço mínimo para o produto, continuando o seringueiro a ser espoliado como nos antigos tempos.

Cedo, em decorrência de uma sua própria denúncia, foi determinado pela 2.ª Inspeção Regional (Portaria 17 de 30/06/1942) para realizar a apreensão de várias caixas com artefatos indígenas, que estavam sendo embarcados pela Prelazia de Santarém com destino a S. Paulo, sem autorização do S.P.I. . . . Havendo a Prelazia se recusado a entregar o material sob pretexto de possuir autorização do Interventor Federal, a 2.ª Inspeção Regional enviou a ele uma mensagem (telegrama 262 de 9/07/1942), dizendo que procurasse imediatamente cumprir aquela portaria, pelos meios legais existentes, sob pena de ser responsabilizado por omissão. De posse desse documento, dirigiu-se novamente à Prelazia, que então houve por bem entregar os artefatos, os quais foram doados incontinenti ao Museu Nacional com plena aprovação da Diretoria do S.P.I. (teleg. 1300-TEC de 7/08/1942) (Brasil. Serv. Índios, 1940-67). Logo depois, foi o mesmo autorizado a exercer rigorosa fiscalização sobre as atividades da Missão do Cururu (portaria 28 de 12/10/1942), inclusive porque seus componentes pertenciam a um país então em guerra com o Brasil. Deveria verificar todo o material remetido e recebido pela Missão, efetuando as buscas necessárias, apreendendo o que julgasse nocivo aos interesses nacionais e comunicando às autoridades policiais a entrada ou saída de qualquer membro da Missão ou de pessoa estranha no Cururu (ibid.).

Alguns meses mais tarde, foi ainda o chefe da Ajudância incumbido pela Diretoria do Órgão de realizar uma diligência na Missão, a fim de verificar "se os índios estavam recebendo uma justa recompensa pelo seu trabalho", conforme estabeleciam as normas regulamentares (teleg. 1.255/43). Tal diligência, porém, não alcançou o efeito desejado, sendo que, às perguntas que lhe foram formuladas teria o dirigente da Missão respondido do seguinte modo: o S.P.I. poderia "fiscalizar à vontade", pois a Missão adquiriria a borracha indígena de igual modo que os "outros negociantes", mas deveria também fiscalizar no Tapajós onde o quilo era pago

Cr\$ 7,00 menos que o tabelamento; não poderia fornecer relação dos índios que negociavam com a Missão — "eles entregavam a borracha porque queriam", e se o S.P.I. assim não desejasse então proibisse; e também não poderia fornecer notas discriminativas das mercadorias entregues aos índios — "o Governo sabia que a Missão era muito antiga e isso era do conhecimento do Presidente Getúlio Vargas" (Chuvás, 1944). Após o acontecido, pelo que se sabe, nenhuma outra diligência foi levada a efeito pelo referido funcionário no âmbito da Missão.

Considerando então a dificuldade de exercer um maior controle sobre a produção total dos Mundurukú, assim como de fiscalizar com eficiência as transações que ocorriam entre eles e os barracões do Tapajós, face a precariedade de meios materiais, e com a Missão, talvez devido o prestígio desfrutado por ela junto ao Governo, o Posto acabou por envolver por um caminho de franca competição com ambas as partes. Conforme Murphy (1960:182-83), entre o Posto e a Missão estabeleceu-se informalmente a aldeia do Morro, situada a meio caminho entre as duas agências, como limite para os seus negócios com os índios, embora ocorressem intrusões; entretanto, o Posto ficou em desvantagem na concorrência, pois a maioria dos índios situavam-se acima da Missão e os frades gozavam de mais simpatia entre eles que o agente do S.P.I. (ibid.)⁽¹⁸⁾. Quanto ao sistema de transações, o Posto criou uma conta para cada produtor de forma semelhante à Missão, ao contrário dos "patrões do Tapajós" que, geralmente, negociavam com os chefes das aldeias ou das famílias, e, de certa forma, contribuíam "para a preservação da antiga organização tribal" (ibid.: 15). Todavia, no rio Cururu passaram os Mundurukú a desfrutar de melhores condições devido "facilidades médicas e educacionais gratuitas" existentes "tanto na Missão S. Francisco como no Posto do Serv. P. Índios" (Murphy & Murphy, 1954:15).

(18) — Aproximadamente 500 habitavam na Missão ou acima dela e 200 moravam no rio abaixo (Murphy & Murphy, 1954 : 34-35).

De qualquer modo sob uma administração eminentemente paternalista, o PIA Mundurukú foi dinamizando suas atividades, na tentativa de prosperar economicamente e de alcançar um nível material semelhante ao da Missão. A produção da borracha indígena sob seu controle aumentou de 576 kg em 1942, para 13062 kg em 1945; e o almoxarifado após esses três anos de funcionamento, apresentava um saldo em mercadorias na importância de Cr\$ 159.091,30 (Chuyas, 1945). Através da própria renda indígena foi criada uma conta para atender "órgãos e velhos desamparados" em suas necessidades básicas de mercadorias importadas; e alguns indivíduos mais velhos passaram a ter as dívidas amortizadas pela administração quando não produziam o suficiente para saldá-las, sem prejuízo para a obtenção de novos fornecimentos (ibid.). Em 1946, já existia no PIA em pleno funcionamento, 1 ferraria, 1 carpintaria e 1 pequena usina de beneficiar arroz movida a vapor. Uma escola começou também a funcionar tendo como alunos os meninos da aldeia Apompê e os filhos dos servidores *civilizados*. Entretanto, uma tentativa feita pelo dirigente da Ajudância no sentido de ser criado um internato nos moldes do da Missão, destinado aos índios dos campos e aldeias distantes, não encontrou apoio dos dirigentes superiores do S. P. I. Pelo que se conseguiu apurar, menos pela carência de verbas do que pela reserva com que viam eles tal forma de educação, face os resultados geralmente negativos verificados nas experiências missionárias.

A partir de 1946, conseguiu a 2.ª Inspeção Regional, reduzir o custo dos transportes entre o Posto Mundurukú e o porto de S. Luís do Tapajós. Isto porque, o barco-motor do S. P. I., que primeiramente baixava com a borracha e retornava vazio, para depois realizar novas viagens com a carga destinada ao abastecimento da unidade, passou a trategar carregado em ambos os sentidos. Tal coisa foi obtida mediante a aquisição antecipada, a crédito, de combustíveis e outras mercadorias cujos preços comumente não eram ma-

forados quando os pagamentos não ultrapassavam o prazo de 60 dias; e também com a utilização de parte da verba destinada ao pagamento dos servidores do PIA (cuja liberação era semestral), os quais já eram então atendidos antecipadamente em suas necessidades pelo entreposto comercial. Outra redução no custo dos transportes, através do trecho antes mencionado, embora menor, ocorreu após ter sido interrompido o fabrico de borracha laminada, cuja cotação estabelecida pelo Banco não fora considerada compensadora. Dado que, enquanto as lâminas só podiam ser conduzidas acondicionadas no Interior da embarcação, as *pélas* manipuladas pelo processo tradicional podiam ser rebocadas por meio de cabos de aço (*lingadas*).

Acontece que, em contraposição, além dos encargos assistenciais antes citados, outros de natureza administrativa iam incidindo sobre o movimento comercial do Posto. Sua lotação normal, que passou de 10 para 16 componentes, entre 1942 e 1947, neste último ano na realidade já oscilava entre 25 e 30, ocorrendo o pagamento dos excedentes (carpinteiros, ferreiros, motoristas, braçais, etc.) através do referido movimento. Os combustíveis e fretes deixaram de ser custeados pela verba federal; e, por outro lado, o dirigente da Ajudância empenhava-se em fazer crescer o estoque de mercadorias do entreposto e em adquirir bens patriomiais. Em consequência, os critérios inicialmente estabelecidos no que concerne as transações entre os índios e o Posto desde cedo foram sendo gradativamente alterados: em 1947, as mercadorias já estavam sendo entregues aos índios com acréscimos de 30% a 40% sobre o custo; e a borracha passara a ser adquirida de acordo com as cotações do meio regional.

Por essas alturas, tendo entrado em crise a ponto de não haver podido amortizar os financiamentos recebidos, passou a Alto Tapajós S. A. (sucessora de José, Antunes & Cia.) a ser dirigida pelo Banco de Crédito da Borracha S. A. sob regime de intervenção. Em vista disso, não pôde a

empresa abastecer os aviados dos altos rios, os quais foram transacionar a borracha produzida com o PIA Mundurukú a fim de fugir da situação de penúria em que se achavam. Havendo constatado que as mercadorias eram vendidas no Posto por preços bem mais acessíveis, numerosos desses aviados deliberaram abandonar o antigo *patrão* para continuar aí efetuando suas transações. O dirigente do Posto por sua vez, mostrou-se também interessado em conservar os novos fregueses objetivando melhorar a renda da unidade; porém, parece haver se descurado da concorrência que mantinha no Cururu com a Missão, a qual, aumentou de modo significativo suas transações comerciais com os índios. Por exemplo, a produção de borracha vendida pelo Posto cresceu de 15000 quilos (numeros redondos), em 1946, para 23000, em 1947, quando começou a aviar os seringueiros regionais; mas a Missão, no ano de 1948, também aumentou seu movimento, pois "vendeu à empresa Alto Tapajós 13733 kg de borracha e sernambi só de uma entrega" (O Mundo, 1949).

Ocorre que, a nova posição assumida pelo Posto provocou imediatas reações, passando ele e seu principal dirigente a serem combatidos repetidamente inclusive por intermédio da imprensa, verificando-se várias polémicas a respeito. Inicialmente, por ocasião de uma entrevista, o deputado estadual Sílvio Braga referiu-se ao despovoamento que se verificava no Tapajós, em algumas partes devido incursões de índios hostis (provavelmente Kayapó), mas de modo geral provocado pelos preços das mercadorias e fretes "verdadeiramente escorchantes a toda a sorte de explorações". Mas, em contraposição acusou o PIA Mundurukú de estar ilegalmente prejudicando o "comércio regular", oferecendo as mercadorias por preços mais baixos pelo fato de não pagar impostos (Braga, 1948). Criticou o S.P.I. por ter localizado um Posto no rio Cururu onde não habitavam índios hostis e já "havia uma Missão para cuidar dos índios Mundurukú"; e referiu-se "ao contraste chocante" existente entre as duas

agências, pois, enquanto o Posto era constituído por "um amontoado de casebres de palha escorados", só possuindo um bom aspecto, "as casas da administração e do comércio", havia na Missão luz elétrica e as casas dos índios eram feitas de barro (ibid.). Tais críticas foram logo rebatidas pelo próprio chefe da Ajudância que qualificou aquele deputado como parcial dado seu interesse em favorecer a Missão. Declarou que se ele havia avistado os prédios da administração e do almoxarifado, assim como, as "8 casas primitivas construídas em 1942" já abandonadas, deveria ter também encontrado várias novas habitações ocupadas "por muitas famílias indígenas e operárias", a "casa da Escola, a usina a vapor com máquina de beneficiar arroz, a serraria e carpintaria (id. 1948 b). Por fim, confirmou estar o Posto atendendo seringueiros regionais, mas para aliviá-los da situação de miséria em que se achavam, devido "a falta de mercadorias nos barracões comerciais da região" (ibid.).

No ano seguinte foi a própria empresa Alto Tapajós S.A. que dirigiu uma carta à 2.ª Inspeção Regional acusando o PIA Mundurukú de estar negociando com os fregueses da firma inclusive em seus próprios domínios e, em conseqüência, prejudicando seus interesses. Instruiu-a com a fotocópia de uma carta que lhe dirigira um desses fregueses, o qual declarava não ter podido resgatar sua dívida para com a firma, por ter negociado com o PIA toda a borracha que produzira. Na conclusão, a carta estava expressa nos seguintes termos: "Em face ao exposto somos forçados de agora em diante a tratar os Postos Mundurukú e Caiabi como temíveis concorrentes com quem não podemos competir, porque são isentos de impostos, possuem embarcações próprias com combustível e pessoal pagos por verbas federais" (Brasil. Serv. Índios... 1940/67) (19).

(19) — Na fase em questão, como vimos, os combustíveis, fretes e várias despesas administrativas já estavam sendo custeadas através do próprio movimento comercial dos Postos.

Em resposta à acusação o chefe da Ajudância justificou seu procedimento do seguinte modo: havia adquirido a borraça porque o seringueiro alegara que seus patrões não tinham dinheiro para pagar-lhe o saldo; a empresa, por sua vez, açambarcava totalmente a produção dos Mundurukú situados no rio Cadiriri e abaixo do Catitutu; e costumava expropriar bens pertencentes a índios para ressarcimento de dívidas, como no caso de "herdeiros de um velho índio que tinham sido privados da posse de 2 fornos de farinha, 4 canoas e 1 batelão" para esse fim (ibid.). A partir do momento em que a empresa constatou que a representação não havia encontrado repercussão no âmbito da 2.ª Inspeção Regional, passou a aplicar medidas de represália. Inicialmente, não concedeu abrigo em seu armazém de S. Luís para uma carga procedente de Belém, destinada aos Postos Mundurukú e Kayabí; e, em seguida, negou-se em transportá-la pela rodovia S. Luís-Pimental de sua propriedade. Após entendimentos havidos com o chefe da 2.ª Inspeção Regional, a empresa reconsiderou essa atitude, mas só começou a transportar os volumes do S.P.I. depois de ter enviado toda a carga destinada às suas filiais dos altos rios. Para minorar a situação o chefe da Ajudância houve por bem encaminhar parte das mercadorias via fluvial, mas enfrentando sérios riscos, pois a passagem pelo trecho do rio situado entre S. Luís e Pimental, já se tornara quase impraticável.

Considerando então o aspecto que havia assumido a situação, a 2.ª Inspeção Regional resolveu então passá-la a consideração da Diretoria do S.P.I. Esta, porém, deliberou que a própria Inspeção é que deveria "procurar os meios judiciais por intermédio do Procurador da República e autoridades estaduais a fim de colir esse estado de coisas"; e também deveria obter referências quanto a possibilidade de tornar de utilidade pública a estrada S. Luís-Pimental (S.P.I. 5926/49) (ibid.). Sobre a conveniência de intentar uma ação judicial contra a Alto Tapajós S.A. foi a 2.ª Inspeção Regional aconselhada pelo Procurador da República a assim

não proceder antes de conseguir, por escrito, provas mais evidentes de que a empresa estava agindo deliberadamente contra os interesses do S.P.I. Quanto a situação da rodovia, cientificou-se a Inspeção, através de parecer jurídico, que, estando a mesma em terreno particular, não poderia ser considerada de uso público; porém que, por tratar-se da única via de acesso, o trânsito não poderia ser negado uma vez fosse indenizado. (ibid.) (20).

Em vista disso, a 2.ª Inspeção dirigiu um ofício a Alto Tapajós, solicitando permissão para, mediante pagamento, fazer trafegar um caminho pela rodovia e construir depósitos em seus pontos terminais, destinados ao uso exclusivo do S.P.I. (ibid.). As condições estipuladas pela empresa, entretanto, não foram aceitas pela Inspeção por terem sido consideradas espoliativas. Isto porque, estabeleciam a divisão pela metade, entre as partes interessadas, das despesas de conservação da rodovia e pontos terminais (limpesa, terraplenagem, pontes, etc.), a despeito da carga do S.P.I. representar cerca de 15% do total transportado pela empresa. Na exposição feita à Diretoria do S.P.I. a 2.ª Inspeção salientou não haver encontrado da parte da Alto Tapajós "a menor boa vontade em condescender", dado sua ânsia em manter o monopólio comercial da região, para o que contava com o apoio do Governo do Estado, dada a existência de "vários elementos da situação" com interesses na empresa.

(20) — O mencionado parecer estava assim expresso: "1 — A pessoa que constrói uma estrada, caminho ou passagem em terreno próprio pode proibir e mesmo impedir o trânsito de terceiros por ele, salvo: a) o caso de um terreno encravado entre outros, sem passagem para via pública, ponto ou porto, o dono do terreno é obrigado a conceder o trânsito com direito a indenização (art. 559 do Cód. Civil Brasileiro); b) o caso de servidão, isto é, o uso continuado venha a constituir uma obrigação por parte do proprietário do terreno, que a ele não se pode opor (art. 595 e seguintes do Cód. Civil Brasileiro)". II — Uma estrada ou caminho, desde que construído em terreno de propriedade do Estado, cai em uso público imediatamente, salvo concessões que serão temporárias. III — Construída em terreno próprio, uma estrada jamais cai em uso público. (a.) Arnaldo Moraes Filho".

A Diretoria do S.P.I. em seu despacho final declarou que as providências em torno do caso continuavam na "exclusiva alçada da I.R. 2 independente de autorização", mas seriam por si prestigiadas (S.P.I. 5926/50) (ibid.). Em seguida, a fim de tornar o PIA Mundurukú ainda menos sujeito às imposições da Alto Tapajós S.A. no que se relacionava ao transporte, autorizou à Diretoria a construção de um novo barco à conta da renda da própria unidade ao mesmo tempo que adquiriria, para equipá-lo, um motor Diesel de 30 HP pela verba federal. Mais tarde, também beneficiou o PIA com um trator agrícola, 1 amassador de barro e 1 prensa de telhas e outros implementos para montagem de olaria.

A campanha contra a atuação do S.P.I. no Tapajós, no entanto, prosseguiu não só pela imprensa como através de contatos pessoais. Um preposto da Alto Tapajós voltou a acusar o PIA Mundurukú de estar efetuando comércio ilícito oferecendo mercadorias a preços mais baixos porque somente pagava impostos sobre a borracha (Exploração de Índios..., 1951). Um deputado federal, por sua vez, por ocasião de um contato pessoal, prometeu prestigiar o chefe da 2.ª Inspeção Regional caso ele extinguisse o PIA Mundurukú e afastasse o Inspetor Chuvas do Tapajós. Dentro do próprio S.P.I. começou a manifestar-se uma corrente contrária ao citado funcionário, pelo fato de suas atividades já não se coadunarem com as normas regimentais do Órgão e estarem provocando agitação. Conseqüentemente, o chefe da Seção de Estudos no projeto que apresentou a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), relacionado a criação de "Colônias Indígenas de Penetração", não incluiu o grupo Mundurukú embora sua população (cerca de 1500 indivíduos) e estado de integração em que se achava, evidenciassem condições ideais para recebimento de tal benefício⁽²¹⁾. A despeito porém dessas pressões, e de ha-

(21) — Nenhuma dessas "Colônias" chegou a ser fundada porque a SPVEA somente liberou para o S.P.I. verbas destinadas aos trabalhos de pacificação (Arnaud, 1967 : 5).

ver a própria Diretoria do S.P.I. em mais de uma oportunidade reconhecido ser necessária uma modificação na política do S.P.I. no Tapajós, o Inspetor Chuvas foi mantido à frente do setor. Sobretudo por não ter sido encontrado, dentro do restrito quadro do Órgão, um outro funcionário disponível reputado como capaz de processar a reclamada modificação, mas mantendo os princípios fundamentais que motivaram a criação do PIA Mundurukú. Aliás, conforme foi registrado no relatório do S.P.I., correspondente ao ano de 1954, o PIA já alcançara "uma economia estável", havendo produzido nesse ano "27 toneladas de borracha, 47 toneladas de farinha de mandioca, 6 toneladas de tapioca e 10 de peixes e carnes (Brasil. Serv... Índios, 1955:34) (22).

Nessa fase, o PIA Mundurukú já deixara de negociar a borracha apenas com o Banco de Crédito da Amazônia S. A. (sucessor do Banco da Borracha), mas o fazia igualmente na própria região, através de livre concorrência, com a participação de firmas de Santarém e mesmo da Alto Tapajós S.A., uma vez que obtinha preços nunca inferiores ao da cotação oficial. Isso ocorria quando firmas que eram financiadas pelo Banco (o que não era o caso do S.P.I.) necessitavam completar os totais estipulados nos contratos, a fim de não serem prejudicadas nos futuros financiamentos. Por seu lado, beneficiava-se o Posto nessas transações, pois ficava livre dos problemas de armazenamento e transporte da borracha, a partir do porto de São Luís; e obtinha dentro de prazo mais curto que nas operações com o Banco o numerário correspondente. A despeito porém desse novo benefício e de haver aumentado o volume da produção, os encargos administrativos que vinham incidindo sobre o movimento comercial continuaram provocando sucessivos aumentos nos preços das mercadorias, as quais então já estavam sendo vendidas com uma percentagem de 100% sobre os pre-

(22) — Os gêneros de alimentação produzidos no Posto destinavam-se basicamente ao consumo interno. Os excedentes raramente eram negociados.

ços do custo⁽²³⁾. Porém, sendo tais preços muito mais baixos que os da empresa monopolista, que, conforme vários testemunhos, já os calculava com acréscimos de 200 e 300%, os atritos entre o Posto e a mesma prosseguiram sem solução de continuidade. A Missão, por sua vez, em representação dirigida à Diretoria do S.P.I., por volta de 1956, acusou o dirigente da Ajudância de estar possibilitando aos índios a aquisição de bebidas alcoólicas; entretanto, aquela instância superior não chegou a determinar a apuração da denúncia.

A partir de 1956, sensíveis alterações começaram a processar-se no S.P.I., o qual, tendo sido também "considerado um órgão político", sob a influência do Partido Trabalhista Brasileiro (P.T.B.) passou a ser dirigido por elementos alheios à antiga tradição rondonica. Tais alterações atingiram desde cedo a 2.ª Inspeção Regional, que estabeleceu uma política de boas relações com os seringalistas do Xingu e Tapajós. Em consequência, a permanência nessas regiões dos funcionários do S.P.I. que se achavam em atrito com esses empresários, fosse devido os choques armados que vinham ocorrendo entre os índios e as frentes extrativistas, ou por motivo de competição comercial, passou a ser considerada inconveniente. Para dirigir a Ajudância do Tapajós, em substituição ao Inspetor Chuvvas, foi logo designado um inspetor procedente do sul do país (Alísio de Carvalho). Este, após ter percorrido a região e efetuado o arrolamento dos bens existentes nos Postos Mundurukú e Kayabi, deliberou não aceitar a nova incumbência por motivos de natureza particular. Todavia, antes de retornar ao antigo setor de trabalho, apresentou um relatório a 2.ª

(23) — A renda da borracha do PIA Mundurukú referente ao ano de 1954, foi assim aplicada: 25% — transportes, combustíveis, materiais de construção, medicamentos, material permanente; 10% — pagamento de pessoal excedente (operários, tripulantes, trabalhadores braçais, etc.); 5% — saldos obtidos pelos produtores; 2% — despesas diversas; 58% — aquisição de mercadorias para prosseguimento das operações comerciais. (Brasil. Ser... Índios, 1940-67).

Inspeção Regional contendo interessantes observações. Segundo escreveu, ambos os Postos precisavam ser visitados freqüentemente pelo chefe e por outros funcionários da I.R. a fim de não ser exigido de seu dirigente o cumprimento de certas obrigações antes de serem conhecidos os "problemas ambientes" (Carvalho, 1957). Evidenciou serem as transações com seringueiros não índios responsáveis pela maior parte da produção de borracha obtida. Para que o inverso fosse atingido (que seria a situação ideal), recomendou o estabelecimento de mais amplas relações com os Mundurukú campinheiros, raramente visitados pelo Posto a despeito de serem mais numerosos; e para melhoria da confiança dos índios na ação do S.P.I. sugeriu uma percentagem menor sobre as mercadorias que lhes fossem entregues do que sobre as vendidas aos *civilizados* (ibid.). Considerou necessária a efetivação de exames prévios, pela autoridade competente, nos planos de trabalho da Ajudância, relacionados à economia, assistência sanitária, educativa, etc. (ibid.). Por fim, alvitrou a manutenção de "um sistema mais cordial e aprimorado de cooperação bilateral com a Alto Tapajós — pioneira da região" — com a Missão Franciscana e sobretudo com a Base Aérea de Jacareacanga "que empreende e desenvolve apreciável e patriótico plano de desenvolvimento econômico no Rio Tapajós" (ibid.).

Após o retorno ao sul do inspetor Alísio de Carvalho foi designado outro servidor para dirigir o PIA Kayabi, tendo sido o inspetor Chuvvas mantido à frente do PIA Mundurukú, a título precário. Mas o novo diretor que assumiu a direção do S.P.I. nos primeiros meses de 1957, depois de ter lido seu relatório anual (Chuvvas, 1957 a), além de mantê-lo à frente do Posto cumprimentou-o pelo trabalho realizado (rádio 317 de 26/03/1957 — SOA) (Brasil. Serv. Índios, 1940-67). Não obstante, alguns meses mais tarde, logo após haver entrado em contato com os seringalistas do Xingu e Tapajós, esse diretor reatou a cooperação iniciada com eles pelo seu antecessor. Em seguida, afastou das funções que desempenhavam na 2.ª Inspeção Regional os servido-

res que não mantinham boas relações com tais empresários, incluindo o Inspetor Chuvvas. Todavia, o afastamento deste foi motivado não tanto pela circunstância acima, ou por estar desviando o Posto da verdadeira finalidade, mas porque, obstinadamente, não admitia que a *renda indígena* sob seu controle fosse desviada para outros setores do S. P. I.

O mencionado Inspetor, no momento em que deixou o Tapajós, enviou um longo relatório à Diretoria a respeito dos 17 anos de sua gestão (Chuvvas, 1957 b). Segundo registrou existia então no PIA Mundurukú (1957) um *patrimônio indígena* no total aproximado de Cr\$ 3.700.000,00 representado por casas de diversos tipos (incluindo uma de alvenaria destinada a instalação de 1 hospital), 1 oficina, 1 olaria, várias embarcações, semoventes, máveis, e estação rádio-telegráfica. Também referiu-se à existência de pastagens, árvores frutíferas e de um pequeno campo de pouso para aviões, cuja construção estava sendo ultimada, e registrou possuir o almoxarriado um saldo de Cr\$ 1.319.070,30 constituído sobretudo por mercadorias e borracha (ibid.) (24).

O novo agente (Walter Samari Prado), confirmando em linhas gerais o que havia declarado seu antecessor, referiu-se à situação econômica do Posto como "em geral boa, estando o armazém sortido atendendo os índios em troca de borracha e outros produtos naturais" (Prado, 1958). Como "aviados" mencionou 3 pequenos empresários e 231 seringueiros (cerca de 70% eram *civilizados* e 30% índios), habi-

(24) — A produção de borracha do PIA Mundurukú, entre os anos de 1942 a 1957 foi a seguinte: 1942 — 576 kg — Cr\$ 5.734,60; 1943 — 7550 kg — Cr\$ 49.821,20; 1944 — 8656 kg — Cr\$ 140.187,90; 1945 — 13062 kg — Cr\$ 177.364,90; 1946 — 15790 kg — Cr\$ 204.037,10; 1947 — 23335 kg — Cr\$ 250.425,40; 1948 — 17023 kg — Cr\$ 214.110,90; 1949 — 27186 kg — Cr\$ 375.437,20; 1950 — 28219 kg — Cr\$ 419.420,60; 1951 — 28929 kg — Cr\$ 593.520,70; 1952 — 31020 kg — Cr\$ 660.829,20; 1953 — 20530 kg — Cr\$ 461.596,30; 1954 — 26496 kg — Cr\$ 514.440,00; 1955 — 18840 kg — Cr\$ 419.291,00; 1956 — 26535 kg — Cr\$ 763.485,00; 1957 — até agosto, 12526 kg — Cr\$ 425.884,00. (Brasil. Serv... Índios, 1940-67).

tando 93 no rio S. Manoel, 71 no Tapajós, 11 no Aniperi, 31 no Jurruena e 28 no Cururu (ibid.). Dentre os mesmos, 136 eram devedores, 91 credores e os restantes estavam com as contas liquidadas (ibid.). A lotação oficial do PIA deu como formada por 12 servidores, sendo 7 *civilizados* e 5 índios que atuavam em serviços braçais; e a que era estipendiada pela renda indígena, composta por 8 operários *civilizados* e 31 índios (9 mulheres) aplicados em serviços diversos (ibid.). No local (antiga aldeia Apompê) registrou a existência de 100 pessoas, sendo 13 *civilizados* e 77 índios ("21 homens, 23 mulheres, 18 meninos e 15 meninas"), isto é, mais 36 índios do que em 1942. A respeito da assistência sanitária diz que, apesar de existir no Posto um "apreciável estoque de medicamentos", talvez um médico pudesse constatar uma elevada percentagem de doentes, sobretudo "no que concerne à tuberculose" (ibid.). Por fim, registrou que, várias casas e as embarcações (principalmente a lancharia Mundurukú) estavam necessitando de reformas (ibid.).

Esse novo agente porém, apenas alguns meses permaneceu dirigindo o Posto, que, desde então passou a funcionar como sucursal da firma Arruda, Pinto & Cia. (sucessora da Alto Tapajós S. A.). Os trabalhadores indígenas constantes da lotação oficial foram sumariamente dispensados pela 2.ª Inspetoria Regional no momento em que ia ser efetuada a efetivação do pessoal de sua categoria (fins de 1958), tendo sido incluídos em seus lugares elementos *civilizados* (Brasil. Serv... Índios, 1940-67). Diversos agentes sucederam-se à frente do Posto, que entrou em rápida decadência, tanto no aspecto comercial como assistencial. As operações não foram mais contabilizadas e não mais inventariados os bens patrimoniais, sendo que, por volta de 1960, encerrava ele praticamente suas atividades.

Las Casas (1964: 14) refere-se ao Posto sobrevivente (Kayabi) como freqüês do "seringal" mas concorrendo com o próprio "patrão". O dirigente da unidade coagia os índios a permanecerem sob sua influência não só pelo uso da au-

toridade como empregando a força, tendo diversos informantes mencionado "um caso de índios amarrados para não saírem do Posto e um assassinato cometido por um antigo encarregado" . . . (ibid.). Em vista disso, os índios passaram freqüentemente a mudar de padrão, fugindo quando situados fora do Posto "à simples aproximação de agentes do S. P. I." (ibid.). No âmbito da unidade passaram a conviver índios de "diferentes grupos, às vezes rivais", diminuindo assim sua eficiência "como empresa e como agência de unificação de seus fregueses" (ibid.). Acontece que, assim como ocorrera com o PIA Mundurukú, o Posto ora focalizado tornou-se igualmente inoperante e, logo depois, encerrava as atividades.

Em 1962, quando o S. P. I. já possuía outro diretor, a 2.ª Inspeção Regional promoveu o retorno do Inspetor Chuvvas para o Tapajós, objetivando a recuperação do PIA Mundurukú. Ocorre que, segundo ele relatou, o Posto havia sido destruído pela "chusma de irresponsáveis e ladrões" que passaram a dirigi-lo após a saída do agente Walter Prado que pouco tempo permanecera no local (Chuvvas, 1963). As casas na quase totalidade encontravam-se em ruínas, as embarcações impossibilitadas de trafegar face ao seu péssimo estado; os equipamentos da oficina, olaria, escola e enfermaria, tinham desaparecido ou estavam danificados; o número de cabeças de gado reduzira-se à metade; e no almonxarifado não existia nenhuma mercadoria (ibid.). De forma semelhante como havia procedido na fase anterior, restabeleceu o citado Inspetor o movimento comercial do Posto, com mercadorias obtidas a crédito de uma firma de Santarém, mas em pequena escala devido a carência de pessoal e meios de transporte. O Posto continuou funcionando até meados de 1964, quando ele se afastou definitivamente por motivo de aposentadoria, não tendo alcançado êxito alguns tentativas posteriores feitas pelo S. P. I. para reabri-lo. Nos dias atuais, entretanto, a FUNAI está iniciando medidas para fazê-lo novamente funcionar, não se podendo ainda

adiantar se para atuar somente em caráter assistencial ou também com objetivos econômicos. Com referência a situação das terras pertencentes aos Mundurukú, ocorreu o seguinte: a antiga reserva concedida pelo Governo do Pará (dec. 305 de 21/03/1945), ampliada em seus limites passou a constituir a "Reserva Florestal Mundurucânia" (dec. 51030 de 25/07/1961 da Presidência da República); sobre esta re-fletiu-se o art. 5.º do decreto 62998 de 16/07/1968 que passou a considerar como "Reserva Indígena" toda a "Reserva Florestal" habitada por índios; mas em seguida, foi sugerida pelo Ministério do Interior a manutenção da "Reserva Florestal" nos termos do decreto de 1961, sem prejuízo da concessão em seu interior de uma outra de menores proporções para "a tribo indígena dos Mundurukú" (Brasil. Leis. . . As. Indígenas, 1969: 17-39-40). A área não está sendo cortada pela Cuiabá-Santarém, mas poderão ser tentadas explorações de minérios em seu interior.

Com respeito a economia regional, Woortman (1967: 267) diz haver observado "um sistema de produção anacrônico artificialmente sustentado pelo aparelho estatal, com um número de colocações improdutivas cada vez maior", sem poder uma delas, em regra, manter mais de uma família elementar (23). Afóra isso, a baixa cotação do gê-

(25) — O início desta nova crise da borracha amazônica, esboçou-se logo após o término da 2ª guerra mundial, quando os seringueiros do Oriente voltaram a abastecer normalmente o mercado internacional. Todavia, pela Lei 86, de 08/09/1947, foi assegurada a estabilidade do preço do produto amazônico, assim como o monopólio do comércio pelo Banco da Borracha até dezembro de 1950, ficando o Governo Federal responsável pelo pagamento dos excedentes não absorvidos no país. A partir da década de 1950, uma vez que as necessidades da indústria nacional passaram a ser superiores à produção interna, começou a ocorrer a importação da matéria-prima estrangeira. Sendo esta mais barata que a nacional "estabeleceu-se a equiparação dos preços de venda para a indústria consumidora, destinando-se a diferença ao fomento da produção amazônica e, particularmente, ao estímulo à sua racionalização". Mas com a quebra do monopólio estatal sobre a matéria-prima importada, ocorreu em 1959, perdeu o Banco "uma fonte de renda anual de cerca de seiscentos mil cruzetiros, provocando dificuldades financeiras intensas para o Banco e para a Região" (Silva, 1971: 84-86).

nero em contraposição com o elevado custo das mercadorias importadas, também não mais estimulava os trabalhos nos seringais. Por outro lado, as explorações auríferas, iniciadas na serra do Cachimbo e depois difundidas por Jacareacanga, Crepori e Jamaxi, assim como a garimpagem de cassiterita, além de atraírem numerosos elementos alié-nígenas, provocaram a transferência para tais atividades de muitos brasileiros e índios que atuavam nos seringais⁽²⁶⁾. A alta cotação das peles de felinos (maracajás e jaguar), também desviou seringueiros para a caça desses animais. Face provavelmente a esses fatores a produção de borracha de Itaituba, baixou de 450398 quilos, em 1955 Encicl. Munic., 1957:392), para 236476 quilos, em 1967 (Pará... 1968:32)⁽²⁷⁾. A principal empresa regional (Arruda, Pinto & Cia.) cujo comércio girava quase totalmente em torno da borracha, assim como a antecessora (Alto Tapajós S.A.), delibou encerrar suas atividades na região e foi estabelecido em outro local com uma serraria. Conservou seus extensos latifúndios, mas passou a arrendar a terceiros as embarcações, armazéns (que dentro de pouco tempo também se arruinaram), e a rodovia S. Luís-Pimental. Desde então voltaram a predominar no comércio da borracha

(26) — Em 1967, a população do Município de Itaituba foi estimada em 10000 habitantes (1500 urbanos) (PARÁ. Inst... Desenv. Social, 1968 : 32), estando possivelmente incluídos no total a maior parte dos 5000 garimpeiros (números também estimados) que operavam desde Itaituba até a serra do Cachimbo (Fernando, 1968). Em 1970 foram recensados no Município 13682 habitantes, assim distribuídos: urbanos — 3843; rurais — 9839; Itaituba — urbanos — 2818; rurais — 5177; Jacareacanga — urbanos — 439; rurais — 4004; S. Luís do Tapajós — urbanos — 886; rurais — 658 (Recenseamento, 1971:34).

(27) — Por falta de melhores elementos deixou-se de registrar aqui as prováveis oscilações que ocorreram na produção de borracha de Itaituba, entre os mencionados anos. Todavia, essa acen-tuada queda pode ser avallada, verificando-se os seguintes números relacionados ao Estado do Pará, no mesmo período: 1955 — 4930 ton.; 1956 — 51919; 1957 — 4551; 1958 — 4151; 1959 — 3719; 1960 — 4188; 1961 — 4246; 1962 — 3567; 1963 — 3279; 1964 — 4115; 1965 — 5829; 1966 — 4272 (Costa & Capela (1970: 46); 1967 — 4752 (números redondos). (Pará. Inst... Desenv. Social, 1968 : 32).

regional, como no passado, regatões procedentes de Santa-rém e de outros pontos do Baixo Tapajós⁽²⁸⁾.

A Missão, como "unidade comercial atípica", disputava a mão de obra dos índios com o S. P. I. e o "seringal", não só para evitar que eles fossem explorados como para a con-secução de seus "fins espirituais" e para garantir a própria sobrevivência econômica. Mas de acordo com "todos os depoimentos registrados" a ação missionária ocorria sem violências físicas e permitia aos índios sob seu controle "uma posição melhor que nas demais situações" (Las Casas, 1964:14-15). Após ter passado a receber ajuda permanente da Força Aérea Brasileira (ainda na década de 1950), inclusive no transporte aéreo da borracha indígena, foi des-vinculando-se da empresa monopolista até ficar completa-mente autônoma⁽²⁹⁾. A despeito da evasão de índios para os garimpos, continuou controlando a maior parte dos aldeados no Cururu, não só em sua indústria extrativa como nos excedentes agrícolas, instruindo-os e utilizando-os tam-bém como motoristas, mecânicos, carpinteiros, marceneiros, etc. De acordo como já observara Murphy (1960:162), pode-se ainda dizer que a Missão prosseguiu como "a mais im-portante agência de introdução da cultura ocidental" entre os Mundurukú.

A população total do grupo, a cremos em vários infor-mantes, era então estimada entre 1400 e 1500 índios. Quan-to aos índios disseminados pelo Tapajós verificava-se o se- seguinte: os agregados às casas comerciais com a finalidade de caçar e pescar, "não possuíam salário a não ser se exer-

(28) — Em 1955 existiam no Município 33 estabelecimentos comerciais e 5 industriais. (Brasil. Encicl... Munic. : 392); e em 1967, apenas 23 comerciais (1 atacadista) e 4 industriais (4 padar-rias e 1 moagem de café). (Pará. Inst... Desenv. Social, 1968 : 46-47).

(29) — Em 1963, o Ministério da Aeronáutica criou o "Trinômio FAB-Missionário-Índio", de interesse nacional para atuar entre os grupos da serra do Tumucumaque (fronteira do Brasil com o Suriname), considerando o "êxito missionário" demonstrado na Missão do Cururu (Frikkel, 1971 : 109).

cessem outra atividade", e podiam ser mobilizados a qualquer tempo para o trabalho "sem direito a reclamações"; e os ligados aos *barracões* constituíam uma categoria inferior de seringueiros tendo "os menores movimentos em suas contas, a menor produção, etc." (Las Casas, 19-20). Enfim, "desvinculado de seu grupo de origem, colocado em situação de inferioridade em relação aos demais membros da sociedade nacional, participando de uma estrutura que não entende e com a qual não se identifica, submetido a uma exploração superlativa, o índio integrado a estrutura do seringaço ocupa uma posição de desajustado" (*ibid.*).

CONCLUSÃO

Os grupos indígenas situados na região do Tapajós, como vimos, tiveram importância fundamental no processo expansionista europeu, aí levado a efeito a partir do século XVII, tanto no aspecto econômico como no religioso. Ocorre que, assim como em outras regiões do território nacional, fosse devido os choques armados (inter e extra-tribais), mudança de ambiente, epidemias e assimilação, os grupos existentes quando das primeiras penetrações extinguíram-se quase por completo, ou emigraram para territórios adjacentes como os Mawé e os Parintintin.

Os Mundurukú (que formavam o mais importante dos grupos) foram os únicos que puderam sobreviver ainda ocupando parte do antigo território, com uma população significativa em comparação com a de outras unidades indígenas da região, mas apresentando apenas 15% da que fora estimada no início do século passado. A despeito da tradição guerreira, acabaram por aceitar as condições impostas pelos colonizadores; e a serviço destes passaram a atuar nas tropas de resgate e a efetuar guerras de extermínio contra outros índios. Durante longo tempo predominaram na extração das drogas do sertão e como produtores de alimentos (sobretudo farinha); e prosseguiram participando ativamente da extração da borracha, embora sua mão-de-obra

fosse passando à posição secundária, na medida em que a alta cotação do produto (fins do século passado) atraía imigrantes do nordeste do Brasil e de outras origens. Tais atividades, tanto sob o controle de comerciantes como de religiosos, estenderam-se até a época atual sob um regime apontado como de extrema submissão.

O S.P.I. iniciou sua ação no Tapajós, em uma ocasião que se verificava novamente grande demanda pela borracha amazônica, início da década de 1940), com o escopo de modificar esse estado de coisas: fiscalizando ou mesmo eliminando as relações que leigos e religiosos mantinham com os índios, sobretudo as de natureza econômica; e ao mesmo tempo pretendendo passar para sua direta jurisdição, dentro do máximo possível, os grupos-locais e famílias indígenas disseminados pela região. Para isso efetuou a legalização da área tribal, estabeleceu um Posto e, através do mesmo, tentou executar uma programação de certa amplitude, a fim de poder atingir plenamente seu objetivo. Acontece que, conforme foi registrado, não pôde fiscalizar com eficiência aquelas relações: entre os leigos pela carência meios materiais; e entre os religiosos, talvez devido o prestígio desfrutado por eles nas esferas governamentais. Também não pôde estender como desejava sua jurisdição sobre os índios, de um lado pela própria disseminação dos grupos provocada pela localização dos seringais; e do outro pela antiga influência sobre eles exercida pela Missão. As transações com os índios iniciadas em bases cooperativistas acabaram também por serem modificadas, devido os encargos administrativos, assistenciais e patrimoniais que foram incidindo sobre as mesmas; e para que esses encargos pudessem ser melhor mantidos, a partir de um momento próprio (crise da empresa monopolista) foi o Posto igualmente operar no âmbito regional, possibilitando a numerosos seringueiros melhoria da capacidade aquisitiva, mas evidentemente desviado de suas atribuições legais. Conseqüentemente, passou a ser intensamente combatido pelos competidores que, aliás,

desde cedo desejavam eliminá-lo. No âmbito do próprio S.P.I. manifestou-se uma corrente contrária a continuidade dessa ação empresarial; porém mais tarde, surgiu uma outra corrente que aprovava sua continuação, desde que parte dos resultados financeiros obtidos fossem canalizados para a Diretoria Geral. Os entretuchos de interesses e divergências de opiniões acabaram por provocar a situação de crise que redundou no repentino afastamento do dirigente do Posto e o conseqüente encerramento de suas atividades. Como atuação mais positiva dessa administração pode ser mencionada a que possibilitou a formação do patrimônio tribal. Considerando-se porém que este, a seguir, foi totalmente destruído por incúria ou desonestidade dos posteriores agentes do Posto, de nada valeu o sacrifício imposto aos índios para ser atingido tal objetivo.

Enquanto o PIA Mundurukú extinguiu-se por motivos de ordem administrativa, a empresa monopolista (Arruda, Pinto & Cia.) entrava em declínio e encerrava também seus negócios na região, face a acentuada diminuição do seu movimento comercial. A permanecer trabalhando em seringa impródutivos, tendo seu trabalho mal remunerado em contraposição aos elevadíssimos preços das mercadorias importadas, numerosos seringueiros (brasileiros e índios) preferiram desviar-se para atividades no momento mais lucrativas (garimpagem e caça de felinos) e dos resultados mais imediatos. Essa nova derrocada da borracha que, no Tapajós, mostrava-se mais acentuada que em outras regiões do Pará, talvez pudesse ser pelo menos atenuada, se, por exemplo, o próprio, Banco da Amazônia S.A., por meio de cooperativas fosse transacionar diretamente com os produtores, pagando-lhes melhor a borracha e fornecendo-lhes as mercadorias por preços mais baixos, haja vista a própria experiência levada a efeito pelo PIA Mundurukú. Mas isto, como vimos, somente poderia passar do campo das cogitações mediante a alteração da estrutura fundiária em que se apoia a exploração dos seringais.

A Missão Franciscana, provavelmente por ser uma "unidade comercial atípica", atuando coerentemente apenas entre os índios através de um sistema menos afetado pelas oscilações de preços, dispoñdo da mão-de-obra indígena em várias outras atividades e destruindo de significativo apoio da Força Aérea Brasileira, foi a única das três principais organizações do alto Tapajós a sobreviver. De acordo com a maioria dos pronunciamentos feitos a seu respeito, os índios que controlava eram os que se apresentavam em melhores condições de vida. Precisamente por tal motivo é que sua atuação (salvo melhor juízo) necessita ser melhor conhecida, sobretudo quanto a instrução escolar e profissional que ministrava e seus resultados práticos, assistência sanitária, relações comerciais e patrimônio criado para os índios. Estes sub-índios aliados aqueles proporcionados pelo Posto do S.P.I. poderão ser valiosos para as programações que a Fundação Nacional do Índio está pretendendo levar a efeito entre os índios Mundurukú.

SUMMARY

The first portuguese penetrations in Tapajós region (South of Para, state) for exploration of natural products and allurement of natives for utilization in colonizer's and missionaries' services began on the second decade of the XVII century.

By that time the Mundurukú indians dominated an immense territory (Mundurucânia) limited on the east by the Tapajós river, on the west by the Madeira river, on the north by the Amazon and on the south by the Juruena. They were considered the most warlike indians of the region, and they were known by the name of "head hunters" and this was one of the most important goals of their expeditions. By the end of the XVIII century they became friends of the *white men* but just like their mercenaries they continued to fight with other indians groups. At the beginning of XIX century, catholic

missions gathered them in villages. In 1850, they already maintained commercial relations with *regatões* (ambulant businessmen) exchanging rubber, parsley, "copaíba" oil, Brazilian nuts, "guaranã", *cravo*, resins, etc., with another products.

In 1911 the Franciscan mission of the Cururu river was founded to catechize the Mundurukú indians. As early as 1920 the Mission began an economical activity purchasing part of the indian productions of rubber, which was sold to the "José, Antunes & Cia". company (and successors), which had a monopoly over the rubber production in the Tapajós region. In 1942, the S.P.I.'s regional inspectorship established a Post on the Cururu river to combat and to control this monopoly over the indian products. On account of this fact began a trading competition between the S.P.I.'s post with the Mission and the enterprise, sometimes originating conflicts. Such situation continued until 1957 when João Baptista Chuvvas the inspector of S.P.I.'s post was transferred to another region. From that year on, the S.P.I.'s post decayed progressively and eventually ceased its activities.

Since that year, the Franciscan Mission, got the complete control of Mundurukú indians located on the Cururu river. Meantimes, due to the recent low quotation of rubber, many indians and brazilians started to work in more rewarding activities: golding search and wild beast hunting (jaguar, "maracajá" cat, etc.).

BIBLIOGRAFIA CITADA

ABREU, JOSÉ COELHO DA GAMA

1879 — *Falla com que abriu a 2.ª Sessão da 21.ª Legislatura da Assembléa Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879.* Pará. 49 p., anexos.

AGUIAR, FAUSTO AUGUSTO d'

1850 — *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial, na abertura da mesma no dia 1.º de outubro de 1850.* Pará. 78 p., anexos.

ARNAUD, EXPEDITO

1969 — Os índios da região Uaçá (Oiapoque) e a proteção oficial brasileira. *B. Mus. Pa. Emílio Goeldi*. Belém, n. sér., *Antrop.* 40, 37 p., II. mapa.

1971 — A ação indigenista no sul do Pará. (1940-1970). *B. Mus. Pa. Emílio Goeldi*, Belém. n. sér., *Antrop.* 49., 25 p.

1973 — "O Serviço de Proteção aos Índios. Normas e implicações". In: *O Museu Goeldi no ano do Sesquicentário.* Publ. Avulsas Mus. Pa. Emílio Goeldi, Belém. 20: 71-88.

AZEVEDO, PEDRO VICENTE DE

1874 — *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa na primeira sessão da 19.ª legislatura.* Pará, 90 p., anexos.

BAENA, ANTONIO IADISLAU MONTEIRO

1968 — Representação ao Conselho Geral da Província do Pará sob a necessidade de um novo regulamento promotor da civilização dos índios da mesma Província. *An. Bibl. Arch. Publ. Pará.* Belém, 2: 241-91.

1969 — *Compêndio das eras da Província do Pará.* Belém, Univ. Federal do Pará. 395 p. (Col. Amazônica, sér. José Veríssimo).

BALDIUS, HERBERT

1972 — Métodos e resultados da ação indigenista no Brasil. In: SCHADEN, E., ed. *Homem, cultura e sociedade no Brasil.* Petrópolis, Vozes. p. 209-228.

BARROS, SEBASTIÃO DO REGO

1855 — *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial no dia 26 de outubro de 1855 por ocasião d'abertura da segunda secção ordinária da nona legislatura da mesma Assembléa.* Pará, 40 p., anexos.

BATES, HENRY WALTER

1944 — *O naturalista no rio Amazonas.* São Paulo, Ed. Nacional. 2 v., v. 1, 376 p., II. (Brasiliiana, 237).

BENEVIDES, FRANCISCO MARIA CORREIA DE SÁ E

1876 — *Relatório apresentado à Assembléa Provincial na sua sessão solene de instalação da 20.ª legislatura, no dia 15 de Fevereiro de 1876.* Pará. 58 p., anexos.

BORGES, R.

1969 — *Grandes seringais e seringalistas — Pará (II) — Raimundo Pereira Brasil. A Província do Pará, Belém, 1 out. 1969, p.*

- BRAGA, SILVIO
 1948 — O deputado Sílvio Braga fala às Folhas sobre a viagem que empreendeu ao alto Tapajós. *A Folha do Norte*, Belém, 14 abr. 1948.
- BRASIL, RAYMUNDO PEREIRA
 1910 — Os sertões do Rio Tapajós. Pará. 138 p. il.
 1913 — O rio Tapajós na exposição de borracha no Rio de Janeiro. Pará. 164 p., il., 1 mapa.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
 1957 — *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro. 36 v., v. 14, (Amazonas, Pará e Territórios) il., mapas.
- BRASIL. FUNAI. Grupo de trabalho para Transamazônica.
 1971 — *Plano de apoio*. Belém, 11 f. [mimeografado]
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Assuntos indígenas.
 1947 — *Coletânea de leis, atos e memoriais referentes ao indígena brasileiro*. Rio de Janeiro. Imp. Nacional. 229 p. (Brasil. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Anexo 7, Publ. 94).
- 1969 — *Fundação Nacional do Índio*. [s. l.] 40 p.
- BRASIL. Serviço de Proteção aos Índios.
 1955 — *Relatório das atividades durante o ano de 1954*. Mário F. Simões ed., Rio de Janeiro, viii, 207 p., il., est.
- 1940-67 — *Documentação do arquivo da 2.ª Inspeção Regional do S.P.I. Belém*. [Inédito].
- BRUSQUE, FRANCISCO CARLOS DE ARAUJO
 1862 — *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da 13.ª Legislatura em 1.º de Setembro de 1862*. Pará. 91 p., anexos.
- CARVALHO, ALÍSSIO
 1957 — *Relatório apresentado ao chefe da 2.ª Inspeção Regional do S.P.I.* [Inédito].
- CASAL, AÍRES
 1943 — *Corographia Brasileira*. São Paulo. 2 v., t. 2, 280 p.
- CHUVAS, JOÃO BAPTISTA
 1939 — *Nas fronteiras do Amazonas — Viagens e aventuras*. [Inédito].
- 1941 — *Relatório apresentado ao Inspetor Regional do S.P.I. no Pará*. [Inédito].
- 1942 — *Diário histórico do PIA Mundurukú*, 3 de janeiro de 1942. [Inédito].

- 1944 — *Resultado da fiscalização procedida na Missão Franciscana do rio Cururu*. [Inédito].
- 1945 — *Relatório n.º 1 — Fevereiro de 1945, apresentado ao Sr. José Maria da Gama Malher, Chefe da 2.ª I.R. do S.P.I.* [Inédito].
- 1948 — *Carta do Inspetor João Batista Chuvvas em resposta a entrevista do deputado Sílvio Braga*. *Folha do Norte*, Belém, 18 abr. 1948.
- 1957a — *Relatório apresentado ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios*. 19 fev. 1957. [Inédito].
- 1957b — *Relatório apresentado ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios*, set. 1957. [Inédito].
- 1962 — *Relatório apresentado ao chefe da 2.ª Inspeção Regional do S.P.I.* 16 out. [Inédito].
- COELHO, JERONIMO FRANCISCO
 1849 — *Falla dirigida à Assembleia Legislativa da Província do Pará na abertura da mesma, no dia 1.º de outubro de 1849*. Pará. 145 p., anexos.
- COSTA, JOSÉ M. MONTEIRO DA & CAPELA, JOSÉ DAS NEVES
 1970 — *Borracha vegetal, análise da oferta*. R. *Econômica do Basa*, Belém, 1(1):37-51, anexos.
- COUDREAU, HENRI
 1941 — *Viagem ao Tapajós, 28 de julho de 1895 a 7 de janeiro de 1896*. São Paulo, Ed. Nacional. 288 p., il., 1 mapa. (Brasliana, 208).
- CROFTS, MARJORIE
 1967 — *Notas sobre dois dialetos do Mundurukú*. In: SIMPÓSIO SOBRE A BIOTA AMAZÔNICA. Belém, 1966. Atas. H. Lent., ed. Rio de Janeiro, CNPq, 1967. v. 2. Antropologia: p. 84-91.
- CUNHA, JOSÉ JOAQUIM DA
 1852 — *Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial na abertura da mesma Assembleia, no dia 1.º de setembro de 1852*. Pará. 88 p., anexos.
- EXPLORAÇÃO de índios civilizados. Acusado o Inspetor Chuvvas de negócios que se avaliam em duzentos mil cruzeiros. *A Folha Vespertina*, Belém, 25 mai. 1951.
- FERNANDO, ANIBAL
 1968 — *Vale do Tapajós — A perigosa aventura do ouro*. Fotos de Hélio Passos. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 30 nov. 1968.

FRIKEL, PROTASIO

1959 — A agricultura dos índios Mundurukú B. Mus. Pa. Emílio Goeldi, Belém, n. sé., Antrop. 4, 35 p.

1971 — Dez anos de aculturação Tityó, 1960-70. Publ. Avulsas Mus. Pa. Emílio Goeldi, Belém, 16, 112 p.

GALVAO, EDUARDO & SIMÕES, MÁRIO F.

1972 — Mudança e sobrevivência no alto Xingu, Brasil Central. In: SCHADEN, E. ed. Cultura e Sociedade no Brasil. Petrópolis, Vozes p. 183-208, il., mapa.

GRAÇA, ABEL

1871 — Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na segunda sessão da 17 legislatura em 15 de agosto de 1871. Pará, 68 p., anexos.

HORTON, DONALD

1948 — "The Mundurucu". In: HANDBOOK of South American Indians. Bull. Bur. Amer. Ethnol. Washington, 143 (3):271-282. il.

O INFERNO das missões religiosas. O Mundo, Rio de Janeiro, 31 jul. 1949.

LAS CASAS, ROBERTO DECIO

1964 — Índios e brasileiros no vale do rio Tapajós. B. Mus. Pa. Emílio Goeldi, Belém, n. sér. Antrop. 23, 31 p., il., 1 mapa.

LEITE, SERAFIM, S. I.

1943 — História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Lisboa, Portugalia, 10 v., v. 3, 487 p., il.

LIVRO Grosso do Maranhão. An. Bibl. Nac. Rio de Janeiro, 66-67, 1948.

MARACAJÚ, RUFINO ENÉAS GUSTAVO GALVAO, barão de

1883 — Fala com que abriu a 2.ª sessão da 23 legislatura da Assembléa Legislativa. Pará, 126 p. anexos.

MERTON, ROBERTO K.

1968 — Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo, Mestre Jou, 758 p.

MESSQUITA, SOERA RAMOS DE

1941 — Relatório do Posto Indígena Tapajós, apresentado ao Inspetor Regional do Serviço de Proteção aos Índios no Pará. [Inédito].

MIRANDA, J. CORRÊA DE & TOCANTINS, A. GONÇALVES

1872 — Relatório ao Presidente da Província. In: GRAÇA, Abel. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na segunda sessão da 17.ª legislatura em 15 de Fevereiro de 1872. Pará, 64 p. anexos.

MOREIRA NETO, CARLOS DE ARAÚJO

1971 — A política indigenista brasileira durante o século XIX. 2 v. (Tese doutoramento. Fac. Fil. Ci. Letras Rio Claro, São Paulo).

MUNIZ, JOÃO DE PALMA

1916 — Limites municipais do Estado do Pará. An. Bibl. Arch. Publ. Pará, Belém, 9, 808 p.

MURPHY, ROBERT

1960 — Headhunter's heritage: social and economic change among the Mundurucu Indians. Berkeley, Los Angeles, University of California. 202 p., mapas.

MURPHY, ROBERT & MURPHY, YOLANDA

1954 — As condições atuais dos Mundurucu. Publ. Inst. Antrop. Ethnol. Pará, Belém, 8, p., il., 2 mapas.

OLIVEIRA, ROBERTO CARDOSO DE

1972 — A sociologia do Brasil Indígena (Ensaio). São Paulo, Tempo Brasileiro. 149 p.

PARÁ. Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social.

1958 — Zona do Tapajós. Diagnóstico sócio-econômico preliminar. Belém, 50 p. (Estudos Paraenses).

PRADO, WALTER SAMARI

1957 — Relatório do Posto Mundurucu apresentado ao Chefe da 2.ª Inspeção Regional do S.P.I. 19 fev. 1957. [Inédito].

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, 5, 1940

1952 — Censo demográfico. Pará. Rio de Janeiro, IBGE. 471 p. (ser. regional pt. 3).

_____ 6, 1950

1956 — Censo demográfico do Pará. Rio de Janeiro, IBGE. 117 p. (ser. regional, v. 10, t. 1)

_____ 7, 1960

1967 — Censo demográfico. Acre-Amazonas-Pará. Rio de Janeiro, IBGE. (ser. regional, v. 1, t. 2)

_____ 8, 1970

1971 — Sinopsis preliminar do censo demográfico. Pará. Rio de Janeiro, IBGE. 76 p., mapas.

RIBEIRO, DARCY

1962 — A política indigenista brasileira. Rio de Janeiro, Serv. de Informação Agrícola, 178 p.

SANTOS, SILVIO COELHO

1969 — A integração do índio na sociedade regional. *An. Mus. Antrop. Florianópolis*, 2 (2) : 3-138.

SCHADEN, EGON

1965 — Aculturação indígena. *R. de Antrop.*, São Paulo, 13(1-2), 315 p.

SERRA, RICARDO FRANCO ALMEIDA

1809 — Navegação do rio Tapajós para o Pará. *R. Trim. Hist. Geogr.* Rio de Janeiro, 9. 2 ed.: 11-16.

SILVA, LUIS OSIRIS DA

1971 — O papel do Banco da Amazônia S.A. na região amazônica. *R. Econômica do BASA*, Belém, 1(4) : 83-88.

SPIX, J. B. & MARTIUS, C.F.P. von

1938 — Viagem pelo Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional 4v., v. 3, 491 p.

TOCANTINS, ANTONIO MANOEL GONÇALVES

1877 — Estudos sobre a tribo "Mundurucu" — Memória escrita e lida perante o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. *R. Trim. Inst. Hist. Geog. e Ethnog. do Brasil*, 15, pt. 2, 213 p., :75-162.

WAGLEY, CHARLES

1957 — Uma comunidade amazônica. *Estudo do homem nos trópicos*. São Paulo, Ed. Nacional. 404 p., il. (Brasília, Hara, 290).

WOORTMANN, KLASS A. A.

1967 — Grupo doméstico e parentesco numa vila da Amazônia. *R. Mus. Paulista*, São Paulo, n. sér. 17:209-377.

Entregue para publicação em 14/1/74.

ARNAUD, Expedido. Os índios Mundurukú e o Serviço de Proteção aos Índios. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Nova Série: Antropologia*, Belém (54) : 1-60, dez. 1974. Ilust.

RESUMO: Abordagem da ação desenvolvida pelo Serviço de Proteção aos Índios no período compreendido entre 1941-1964: as frentes de expansão, as missões religiosas, o Serviço de Proteção aos Índios.

CDU 325.45(811.5=082) (045)

572.9(811.5=082) (045)

CDD 572.981

MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

†